

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RENATO FERREIRA COSTA**

**A COOPERAÇÃO BRICS APÓS A CRISE DE 2008  
Uma análise da importância e dos interesses dessa cooperação.**

**RECIFE**

**2016**

**RENATO FERREIRA COSTA**

**A COOPERAÇÃO BRICS APÓS A CRISE DE 2008**  
**Uma análise da importância e interesses dessa cooperação.**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da  
Instrução Cristã - FADIC, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio**  
**Henrique Lucena Silva**

**RECIFE**

**2014**

**Costa, Renato Ferreira**

**A cooperação BRICS após a crise de 2008: uma análise da importância e dos interesses dessa cooperação. / Renato Ferreira Costa. – Recife: O Autor, 2014.**

**61 f.; il.**

**Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva.**

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.**

**Trabalho de conclusão de curso, 2014.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Relações Internacionais. 2. BRICS 3. Crise financeira internacional. 4. Países emergentes. I. Título.**

**327**

**CDU (2.ed.)**

**Faculdade Damas**

**327**

**CDD (22.ed.)**

**TCC 2016-458**

**A COOPERAÇÃO BRICS APÓS A CRISE DE 2008**  
**Uma análise da importância e dos interesses dessa cooperação.**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 14 / 06 / 2016

Nota: 9,0

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. da Disciplina: Pedro Gustavo Cavalcanti Soares  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Orientador: Antonio Henrique Lucena Silva  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Avaliador: Elton Gomes dos Reis  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a todas as pessoas que me motivaram a escrever esse trabalho, mesmo em momentos difíceis minha família e meus amigos estavam lá para me ajudar e me motivar. Agradeço principalmente a minha mãe por estar sempre ao meu lado. Agradeço, também, aos meus orientadores Pedro Soares e Antonio Lucena que me deram suporte em questões de estrutura e bibliografia que foram essenciais para a formação desse trabalho.

## **Resumo**

A crise financeira internacional de 2008 causou um impacto econômico enorme nas hegemonias ocidentais, EUA e EU, e com esse evento os países emergentes se mostraram como importantes atores nas relações internacionais por sobreviverem com capacidade de adaptação a essa crise. Nesse contexto, os países emergentes começam a se mostrar cada vez mais importantes economicamente para o cenário internacional, porém ainda carecem de representatividade nas instituições políticas internacionais. Dessa forma, após a crise, surge o BRICS como um novo ator das relações internacionais em busca de maior representatividade política para os países emergente como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul nas instituições de governança global. Nesse contexto, o surgimento da cooperação BRICS significa a busca de uma nova ordem mundial mais democrática que incorpore os países emergentes tanto quando as hegemonias atuais.

**Palavras-Chave:** Crise Financeira Internacional, EUA, UE, BRICS, Relações Internacionais, Países Emergentes, Hegemonias.

**Abstract**

The international financial crisis of 2008 caused a huge economic impact on the western hegemonies, the USA and EU, and with this event the emerging countries showed how important actors they are in international relations to survive with capability of adapt to this crisis. In this context, emerging countries are beginning to be more and more important economically to the international scene, but they still lack representation in international institutions policies. Thus, the BRICS after the crisis emerged as a new actor in international relations seeking greater representation policy for emerging countries like Brazil, Russia, India, China and South Africa in the global governance institutions. In this context, the emergence of BRICS cooperation means the search for a new and more democratic world order that incorporates emerging countries as much as the current hegemonies.

**Keywords:** International Financial Crisis, USA, EU, BRICS, International Relations, Emerging Countries, Hegemonies.

## **Lista de Tabelas e Gráficos**

### **Gráficos:**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Investimentos de Instituições Financeiras..... | 30 |
| Gráfico 2 – Índice de Bolsa de Valores.....                | 31 |
| Gráfico 3 – Colapso Comercial.....                         | 32 |

### **Tabelas:**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Tabela de Curto Prazo no BRICs..... | 31 |
|--|----|



## **Lista De Siglas**

AIG – American International Group Inc.

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BSE – Bombay Stock Exchange

CIVETS – Colômbia, Indonésia, Vietnam, Egito, Turquia e África do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

G6 – Alemanha, França, Espanha, Reino Unido, Itália e Polônia

G8 - Alemanha, França, EUA, Reino Unido, Itália, Japão, Canadá e Rússia

G20 - Alemanha, França, EUA, Reino Unido, Itália, Japão, Canadá e Rússia, África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia, México, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Indonésia, Turquia, Austrália e União Europeia.

IBSA – Índia, Brasil e África do Sul

Ibovespa – Índice Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

IED – Investimento Estrangeiro Direto

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

N-11 (Next Eleven) – Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã.

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIIGS – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha

RTSI – Russian Trading System Index

SSE – Shanghai Stock Exchange

UE – União Europeia

## Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b> |
| <b>1. A Cooperação BRICS.....</b>                                     | <b>13</b> |
| 1.1 O que é o BRICS.....  | 13        |
| 1.2 Desafios da Cooperação BRICS.....                                 | 15        |
| 1.3 O BRICS e a sua representatividade para a nova ordem mundial..... | 17        |
| 1.4 A Interdependência Complexa e o BRICS.....                        | 22        |
| <b>2. A Crise Financeira de 2008 e os BRICS.....</b>                  | <b>25</b> |
| 2.1 A Crise Financeira Internacional de 2008.....                     | 25        |
| 2.2 O impacto da crise financeira nos países do BRICS.....            | 28        |
| 2.3 A reação dos países do BRICS frente à crise.....                  | 35        |
| 2.4 Considerações gerais.....   | 39        |
| <b>3 Os Países do BRICS: Análise individual e aproximação.....</b>    | <b>41</b> |
| 3.1 Brasil.....   | 41        |
| 3.2 Rússia.....   | 43        |
| 3.3 Índia.....  | 44        |
| 3.4 China.....  | 45        |
| 3.5 África do Sul.....  | 48        |
| 3.6 Aproximação dos BRICS: cúpulas e cooperação.....                  | 49        |
| 3.7 O Banco de Desenvolvimento dos BRICS.....                         | 52        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                      | <b>54</b> |
| <b>Referências Bibliográficas.....</b>                                | <b>58</b> |

## Introdução

Desde quando foi lançada, em 2001, a noção de BRICS se sustenta na emergência de cinco economias (Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, a África do Sul). Essa nova integração é constituída por hegemonias regionais e economias emergentes, entretanto também agrega países com grandes diferenças culturais, políticas e geográficas. Porém, apesar das diferenças, esses Estados reconhecem sua importância e buscam representatividade no cenário internacional.

Muito se especula sobre o futuro dos BRICS nas relações internacionais devido aos interesses nacionais diversificados, e ainda, se pergunta sobre a unificação desses países em função de propagar esses interesses agindo de forma conjunta e usando a influência que eles possuem. É importante ressaltar que a expressão BRICS já virou uma “marca”, de forma que os distingue dos demais emergentes.

No aspecto político, os BRICS representam a possibilidade de nova ordem internacional. Segundo Randall Schweller (2011), o mundo atual está vivendo uma época de “ausência de ordem mundial”, ou seja, a hegemonia atual carece ao providenciar suas demandas tanto no aspecto econômico quanto político. Nesse contexto, observa-se a mudança de transações comerciais para o eixo asiático enquanto o universo geopolítico continua ocidentalizado. Dessa forma, surge a importância dos BRICS de agir internamente desenvolvendo atividades de cooperação entre os próprios países e ao mesmo tempo criar propostas e reivindicações para moldar o cenário internacional em seu favor.

Vale ressaltar, também, que a atual preocupação dos BRICS é política, mas a importâncias desses países é muito mais econômica. Esses países emergentes querem cada vez mais usar suas influências para provocar situações favoráveis às suas economias. Dessa forma, é claro que não é possível fazer uma análise dos BRICS e da crise de 2008 excluindo o fator econômico dessa situação. Nessa perspectiva, a crise mostra como eles se moldaram economicamente para essa nova realidade.

A crise de 2008 acabou por comprometer as economias de todo o globo. Os “sobreviventes” dessa crise foram os BRICS por obterem um modelo de desenvolvimento que se adaptou as mudanças que a crise trouxe ao cenário internacional. Nessa perspectiva, qual o efeito da crise financeira internacional de 2008 para a relevância dos BRICS e o que essa cooperação de países emergentes representa para o cenário internacional?

Objetiva-se, assim, estudar as relações entre os BRICS e entender como esses países emergentes saíram de suas realidades regionais para um âmbito global, além de como essa

ligação entre emergentes no mundo está desafiando economicamente a realidade de hegemonias ocidentalizadas. Nesse contexto, o BRICS representa muito mais do que países emergentes com suas particularidades, e entender como esse processo de aproximação de emergentes significa entender a nova ordem econômica e possivelmente política do cenário mundial.

Dessa forma, é preciso entender a partir de teorias como foi o efeito da crise nesses países, nos Estados Unidos e na União Europeia, e posteriormente a aproximação entre os BRICS. Além disso, realizar uma discussão preliminar do cenário que propiciou o surgimento dos BRICS na arena internacional. Demonstrar quais os fatores que influenciaram o crescimento das economias desses países e como houve essa integração. Além de estudar os resultados dessa integração no cenário atual, percebendo os interesses desses países. Ou seja, entender o papel dos BRICS no cenário internacional.

É importante dar uma visão nova à relação dos BRICS. Especula-se sobre o futuro desses países e por isso há muitas dúvidas sobre a relação política deles e críticas pelas suas diferenças culturais são encontradas em grande quantidade. Além disso, os BRICS são um assunto relativamente recente e ainda constante no cenário internacional, gerando visões heterogêneas sobre o assunto. Entretanto, é importante perceber que os BRICS são atores indispensáveis no estudo das relações internacionais e gradualmente eles ganham sua importância em conjunto pelas suas políticas de aproximação.

O trabalho será realizado através de análises de artigos científicos e livros que discorrem sobre o assunto da crise financeira de 2008 e seus efeitos para os Estados Unidos e para União Europeia, sobre a polaridade presente e futura no cenário internacional, e sobre o desenvolvimento dos países emergentes. Ao mesmo tempo, serão utilizados livros que debatem a importância dos BRICS no contexto político e econômico mundial atual e, com isso, será feita uma análise sobre a desenvoltura da economia dos países BRICS no contexto durante e pós-crise. A pesquisa é um estudo de caso sobre os BRICS para entender o fenômeno do crescimento econômico dos países que compõem o agrupamento. Utilizando gráficos e outros elementos como material bibliográfico, buscaremos compreender o motivo das transações e os fatores que provocaram o fato desses países serem o foco dessa fuga da crise econômica e as consequências do seu crescimento para a ordem global.

Dessa forma, é importante se utilizar do método histórico para trazer mais evidências de como aconteceu a crise de 2008 e como aconteceu a aproximação dos países componentes do BRICS. Nessa perspectiva, serão usadas informações históricas ocorridas durante e após a crise de 2008 para contextualizar o trabalho, criando uma base para a análise do papel dos países do BRICS no desencadear da crise. De fato, se faz importante trazer à luz dados que demonstrem

as mudanças econômicas ocorridas por conta de uma crise que abalou a economia internacional através das hegemonias, e analisar como a mesma atingiu esses países emergentes para um destaque futuro.

O primeiro capítulo trabalha a discussão da importância dos BRICS no cenário internacional, explicando através de teorias a importância dos BRICS e os desafios que eles enfrentam para que se explique mostrando como nasceu a ideia dessa cooperação e como eles representam uma nova formatação de poder hegemônico nas relações internacionais. Além de entender, a partir da Interdependência Complexa os fatores que causaram esses efeitos da crise nos BRICS.

O segundo capítulo é um estudo da Crise Financeira Internacional de 2008, como essa crise aconteceu e se espalhou pelo mundo, é analisado como as hegemonias (Estados Unidos e União Europeia) são atingidas e ao mesmo tempo há um estudo mais explanado de como os países do BRICS foram afetados e como reagiram a mesma crise.

O terceiro capítulo tem cunho histórico, explicando como aconteceu a aproximação da cooperação BRICS através de cúpulas, demonstrando suas decisões e posições durante os anos de 2009 a 2015. Além disso, há uma breve explanação da importância de cada país dos BRICS mostrando a visão do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul quanto a essa cooperação. E finalizando com os fatores que compõem a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS.

Tornou-se evidente a importância desses países no cenário internacional. O trabalho traz uma visão sobre a nova hegemonia que esses países podem significar nas relações internacionais, além de trazer a discussão de interesses e da importância do BRICS para o atual cenário internacional.

## 1 A Cooperação BRICS

### 1.1 O que é o BRICS

A noção de BRICS foi primeiramente lançada pela casa bancária Goldman Sachs em 2001 na ideia de que as economias dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China em 50 anos atravessariam as dos G6 atual (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Itália, Reino Unido e França), além disso, foi explanado que a participação desses países no PIB seria muito maior nas próximas décadas. Dessa forma, os BRICS surgiram como uma possibilidade de investimento, o banco lançou a ideia em sentido de atrair investimentos para esses países. Fica claro, também, que os países BRICS se consolidaram no comércio internacional e o investimento externo faz grande parte de suas economias, ou da força que eles precisaram para seus crescimentos (O'Neill, 2001, p. 3-12).

A ideia de BRICS é uma junção de países bastante diferenciados, porém faz sentido quando avaliamos os fatores comuns entre eles. Brasil, Rússia, Índia e China dispõem de recursos de poder militar, político e econômico; eles também têm alguma capacidade de contribuir com a gestão da ordem internacional em termos regionais e globais; além de apresentarem algum grau de capacidade de ação estatal efetiva. Ao mesmo tempo, esses países compartilham uma crença em seu direito a um papel com maior influência em assuntos mundiais, perseguindo reconhecimento internacional. Isso porque os BRICS não estão integrados intimamente no sistema de alianças com os Estados Unidos (HURRELL, 2009, p. 10-13).

Em 2006, os BRICS começaram uma coordenação diplomática informal e regular entre si que começou um aprofundamento entre a relação entre esses quatro países e a adesão de um quinto país à cooperação, a África do Sul, formando o BRICS. Agregando países ascendentes na ordem econômica internacional, o BRICS tornou-se uma nova e promissora entidade político-diplomática que se diferenciava do conceito original formulado para o mercado financeiro. Com o passar dos anos a cooperação BRICS foi evoluindo com cúpulas anuais e novos consensos entre esses países, tendo dois pilares principais: 1) a coordenação para a reforma na governança econômica e política em foros multilaterais; 2) e a cooperação intra-BRICS, que significa uma maior cooperação entre os membros, aprofundando-se em áreas como finanças, agricultura, economia e comércio, combate a crimes transnacionais, ciência e tecnologia, saúde, educação, instâncias empresariais e acadêmicas, segurança, entre outras (MRE, 2016).

É importante ressaltar, então, que o grupo BRICS se estabeleceu por um marketing financeiro com foco no investimento estrangeiro. Esses países não se formaram apenas pela

sigla que lhes foi dada por Goldman Sachs, e assim cumprindo um papel de importância na economia mundial, eles estabeleceram um mecanismo político diplomático entre eles que mostrou que os BRICS não ficariam apenas como siglas criadas por bancos de investimento, como aconteceu com N-11 (Next Eleven), O CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul) e o VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina). Os BRICS desde o início já mostraram grande capacidade de influência na reforma da governança global. Assim, o motivo das críticas, dúvidas, admirações ou receio não é o fato desses países serem identificados como emergentes com extremo potencial de crescimento e de grande participação no cenário internacional, mas pelo surgimento do BRICS como um bloco econômico, ou como um mecanismo político-diplomático que significaria uma nova ordem mundial (REIS, 2013, p. 51-52). Porém, há muitas opiniões diversificadas sobre a unificação dos BRICS como um bloco, e muitas dúvidas sobre o futuro desses emergentes:

Há quem classifique o grupo como um novo centro de influência em uma estrutura multipolar de poder que passaria a reger a ordem internacional no século XXI; há quem se indague, nessa ordem de ideias, a que lugar aspirariam esses países nessa nova estrutura de poder; há quem defenda que eles mudaram a perspectiva pela qual vemos o mundo; há aqueles que, com ceticismo, não vislumbram qualquer futuro para esse grupo de países tão diversos histórica e culturalmente e com interesses econômicos por vezes conflitantes. Entre esses há os que acreditam que os BRICS não passam de um conjunto de personagens improváveis de uma fábula ingênua. Há aqueles que o classificam como apenas mais uma sigla de existência efêmera na sopa de letras preparada pelos bancos de investimento; há quem o desqualifique severamente, indicando serem países incapazes de ajudar no aporte de recursos para o Fundo Europeu de Estabilização; e há quem se simplesmente pergunte: “os BRICS existem?” (REIS, 2013, p. 50).

Nessa perspectiva, é preciso entender, também, que a preocupação dos BRICS se iniciou muito mais econômica do que política. Os países emergentes querem cada vez mais usar suas influências para provocar situações favoráveis às suas economias. Dessa forma, é claro que não é possível fazer uma análise dos BRICS excluindo o fator econômico desses países, uma vez que esse foi o fator mais importante nos olhos dos chefes políticos quando eles começaram oficialmente a cooperação após a crise de 2008 que formatou esses países como menos dependentes das hegemonias, com mais capacidade de recuperação e crescimento após uma crise internacional de grande porte. Ou seja, a crise mostrou como esses países se moldaram economicamente para essa nova realidade.

Os países BRICS representam 43% da população mundial, 18% do PIB nominal mundial, 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008 (REIS, 2013, p 54). Conclui-se, então, que os BRICS são países emergentes que tem grande importância no cenário internacional. Os BRICS já são países importantes individualmente,

porém quando colocados numa esfera de cooperação eles se tornam referência para uma possível nova ordem mundial e com o seu destaque após a crise de 2008 no mundo, a importância deles apenas cresce.

## 1.2 Desafios da Cooperação BRICS

A crise financeira internacional proporcionou ao BRICS uma possibilidade de avançar como atores importantes nas relações internacionais, entretanto há diversos fatores a serem considerados e vários desafios que esses países podem encontrar durante o caminho dessa cooperação. É importante, então, formar uma agenda comum entre esses países para ultrapassar os problemas que desafiam essa cooperação. Antes de tudo, é importante ressaltar que se analisarmos o comércio intra-BRICS, podemos perceber que esses países ainda precisam se engajar mais entre si para aumentar o relacionamento entre eles, atualmente a China é o país mais significativo do bloco, além de sua posição econômica, por ser o país com mais comércio bilateral entre os membros. Dessa forma, também é necessária uma maior integração comercial entre eles.

Além disso, é importante perceber as diferenças econômicas e políticas desses países. Segundo uma análise dos textos originais do Goldman Sachs podemos observar, segundo Jim O'Neill em 2005, que:

O Brasil ostenta marcas relativamente boas no grau de estabilidade política, expectativa de vida e incorporação de tecnologia, porém bastante baixas em investimento, grau de instrução, abertura comercial e déficit governamental. (...) A Rússia tem boas notas em instrução, situação fiscal, posição em dívida externa, abertura comercial, incorporação tecnológica e expectativa de vida, mas é menos bem-sucedida em termos políticos (estabilidade política, corrupção), taxas de investimento e inflação. (...) A Índia se mostra relativamente bem em termos de respeito à lei, dívida externa e inflação, mas é deficiente em termos de educação secundária, incorporação de tecnologia, situação fiscal e abertura. (...) A China se encontra bem acima da média em macroestabilidade, investimento, abertura comercial e capital humano. Suas notas em incorporação de tecnologias são menos consistentes e as estatísticas de corrupção também são um pouco mais baixas que a média (O'Neill 2005, p. 10-11).

É importante ressaltar, também, que os países do BRICS compreendem divergências mais profundas e relacionadas às afinidades culturais entre eles. Dentre esses países são representadas as maiores comunidades culturais e religiosas (o cristianismo, o budismo, o confucionismo e o islã), além de diferentes modelos políticos que representam uma diferença no modo político e social de pensar e agir. Dessa forma, interesses diferentes e desafios são cruzados envolvendo países tão distintos. Entretanto, apesar dos desafios diplomáticos o



BRICS representa uma tentativa de passar além das barreiras tradicionais e observar o mundo com um novo prisma (LUKYANOV, 2013, p. 550-551).

Além disso, esses países compõem políticas externas diferenciadas e direcionadas de forma diferente, para as suas prioridades geográficas. Por exemplo: a prioridade da Rússia é a Comunidade de Nações Independentes; na China, sua política externa se volta para a região da Ásia-Pacífico; a Índia coloca como prioridade seus mercados na Ásia meridional; enquanto África do Sul tem sua política externa com direcionamentos para o continente africano; e o Brasil com o Hemisfério Ocidental, sendo a América do Sul sua maior prioridade (LUKYANOV, 2013, p. 547-548).

Fica claro, também, que o BRICS tem um interesse maior, eles se juntam para reivindicar mudanças nas instituições internacionais, procurando dar mais participação para esses países, resultando numa maior governança internacional dos emergentes. Todavia, ter poder material e econômico não significa diretamente ter poder político, os BRICS precisam adquirir reconhecimento para se legitimarem quanto a sociedade internacional:

As normas cambiantes da sociedade internacional vêm tendo impacto significativo sobre o caráter do clube das grandes potências. Ser uma grande potência nunca foi uma simples questão de possuir grandes montantes de poder material bruto. Este *status* está intimamente relacionado a noções de legitimidade e autoridade. Um país pode reivindicar *status* de grande potência, mas a participação neste grupo depende do reconhecimento por parte dos outros: não só das grandes potências, mas também dos países menores e mais fracos dispostos a aceitar a legitimidade e autoridade daqueles no topo da hierarquia internacional (HURRELL, 2009, p. 14-15).

Entretanto, é possível perceber que esses países têm agendas e interesses diferentes, e nem sempre eles se comprometem entre si para a defesa de certas posições nos fóruns multilaterais. O Brasil, a Índia e a África do Sul pedem o aumento do número de membros permanentes no Conselho de Segurança para que esses países tenham um cargo mais decisivo na instituição, porém quando esse assunto chega aos atuais membros do Conselho, no caso a China e a Rússia, o assunto é deixado de lado e se explica que o problema é complicado e não é de responsabilidade desses países (LUKYANOV, 2013, p 548). Os interesses do BRICS chocam com os interesses dos estados que compõem essa cooperação nesse caso, porque China não tem interesse de reformas em instituições políticas internacionais, como o Conselho de Segurança, e sim de instituições econômicas mundiais, porque esse tipo de reforma significaria a adesão de um rival da China ao CSNU, o Japão.

Além disso, a falta de posições coordenadas em certos assuntos mostra uma heterogeneidade nas opiniões e agendas desses países. Analisando, como exemplo, o caso do

escândalo do diretor-executivo do FMI, Strauss-Kahn, os BRICS em vez de se unirem por uma posição coordenada se divergiram nessa questão:

A Rússia que, em nível retórico, sempre foi o principal arauto da importância e necessidade do BRICS, aproveitou para exibir-se. Inicialmente, Moscou, em companhia de outros membros da Comunidade de Estados Independentes e sem consultar os demais países do BRICS, apoiou um candidato do Cazaquistão. Pouco depois, junto com seus parceiros do BRICS, manifestou-se publicamente contrária à tradição de nomear um europeu para o cargo de diretor-executivo. Finalmente, em uma reunião da cúpula do G8, entendeu que não havia melhor candidata do que a francesa Chistine Lagarde. Tudo isso aconteceu no decurso de uma semana. Os demais países do BRICS tampouco demonstraram solidariedade. A África do Sul apresentou candidato próprio, o ex ministro Trevor Manuel, mas os demais sequer tomaram nota disso. O Brasil entrou discretamente em negociações com a principal candidata a respeito de suas próprias reivindicações, enquanto que a Índia e a China se esconderam atrás de declarações sobre a imperfeição da ordem mundial (LUKYANOV, 2013, p. 549).

Nesse contexto, é notório que ainda há grande divergência de opiniões e posições entre os países do BRICS nas instituições internacionais. Na questão apresentada, é claramente observado que esses países perderam uma grande oportunidade de cooperação para interesses comuns na governança e afirmarem-se como uma força influente no cenário internacional. Entretanto, foram direcionados pelos seus interesses individuais e ignoraram a capacidade de cooperação, demonstrado, assim, um déficit de cooperação por interesses comuns no BRICS.

Mesmo assim, é perceptível a intenção de cooperação entre esses países para uma mudança do cenário internacional. Além disso, é importante a união do BRICS e a sua presença como força para reivindicar a importância de países emergentes, mostrando a força das economias crescentes. Dessa forma, apesar dos desafios, os BRICS representam a cooperação de países para uma mudança nas instituições internacionais que, segundo eles, se mostram defeituosas e não agregam a voz de países importantes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

### 1.3 O BRICS e a sua representação para a nova ordem mundial

A grande discussão começa pelo entendimento de que o sistema unipolar de governança mundial dos Estados Unidos pós-Guerra Fria começou a dar sinais de desgaste depois da Guerra do Iraque, do Afeganistão e, principalmente, após à crise financeira. Nesse contexto, sendo os países do BRICS atores de grande importância e forte ascensão antes e depois da crise, é inevitável a discussão do papel desses países sobre a nova ordem mundial e se a ascensão desse grupo pode representar uma troca de hegemonias e/ou uma ordem multipolar (OURO-PRETO, 2013, p. 101).

Na questão da governança global dos BRICS, é preciso ser feita, antes de tudo, uma análise na ideia de Varun Sahni de que existem dez “Ps” na governança global. Essa teoria procura entender a possibilidade, ou não, de que os BRICS acabem por causar impacto na política mundial e a dependência disso em sua representação internacional. Os BRICS se tornam relevantes, então, devido à crescente sensação de que a transformação das estruturas internacionais de governança é desesperada e urgentemente necessária (SAHNI, 2013, p. 595).

Primeiro, sobre a questão da *participação, presença e permanência* é argumentado que:

*Participação* tem a ver com o desempenho de um papel na tomada de decisões que têm impacto na situação atual e possibilidades futuras. Não implica e nem exige necessariamente a presença nas instituições e estruturas de tomada de decisão. (...) A *presença*, por outro lado, trata do direito de ser parte de instituições e estruturas de tomada de decisões. (...) A *permanência* é uma forma especial de presença; tem a ver com a ausência de qualquer cláusula de retirada ou de ocaso (SAHNI, 2013, p. 596).

É perceptível, então, que o desejo de *participação* do BRICS tem um fim de inclusão desses países, ou seja, para que haja a *presença* de todos nas instituições internacionais, dessa forma é necessária uma *permanência* e uma cooperação maior entre esses países para reivindicar sua voz no cenário internacional. Outro P importante no discurso da governança dos BRICS é o tema dos postos:

O tema dos *postos* não diz respeito a regras de tomada de decisões e sim à posse de autoridade decisiva. Trata de quem ocupa postos significativos nas instituições que tratam de temas globais e possuem impacto global. Assim como na participação, presença e permanência, o tema dos postos se refere a “quem”: quem implementa programas e executa decisões? (SAHNI, 2013, p. 597).

Nessa perspectiva, surge o problema do BRICS pela falta de representatividade das instituições como Banco Mundial e FMI, onde seus representantes são, respectivamente, norte-americano e europeu. De fato, esse tema leva a mais um motivo de reivindicação dos BRICS pela representação desses países em instituições que são monopolizadas pelas hegemonias, assim, o BRICS tem interesse que esses líderes sejam escolhidos por mérito e em um processo aberto. Além disso, os *problemas* são centrais para a governança:

Os problemas globais contemporâneos surgem em três tipos diferentes, mas são muitas vezes considerados conjuntamente de maneira prejudicial e por isso ficam confundidos. No primeiro tipo então os problemas que o mundo enfrenta, seja pela primeira vez (mudança climática antropogênica) ou pela primeira vez em um foro globalizado (epidemias e pandemias). As soluções para esses problemas necessariamente exigem habilidade, capacidade de pensar de maneira original e abordagens novas. O segundo tipo agrupa problemas antigos (comércio mundial, urbanização, energia e escassez de recursos) que exigem novas abordagens e soluções porque as antigas já não funcionam; a ênfase renovada no multilateralismo pode ser frequentemente útil para encontrar soluções para esses problemas. O terceiro tipo consiste em problemas antigos com soluções antigas, porém com atores novos; a esse contexto pertence um elenco de problemas de segurança que sofrem o impacto do

atual declínio e da transição de poder. Assim, dependendo do tipo de problema de governança global, será diferente a abordagem para a busca de soluções e o papel que o BRICS pode desempenhar (SAHNI, 2013, p. 597-598).

É importante ressaltar, então, que as posturas e posições dos BRICS estarão diretamente ligadas ao tema de problemas. A *postura* de um país é referente a uma atitude genérica a respeito de um problema, enquanto a *posição* do mesmo será representada como limites que não podem ser negociados. Dessa forma, problemas, posturas e posições dos países BRICS são referentes à “o que” e “quando”, mais do que com “quem”, ou seja, esse tema se refere ao que será prioridade e quando (SAHNI, 2013, p. 599). O que traz a questão de prioridades dos países do BRICS para essa cooperação e a coordenação de posições e posturas em relações aos problemas de governança global.

Outro tema que deve ser avaliado é a questão de *políticas* e *programas* dos países em relação a cooperação BRICS que traz benefícios mútuos à cooperação. É importante entender, então, que os BRICS necessitam fazer políticas e programas coordenados para atingir seus interesses comuns, como projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável entre si, uma vez que:

As *políticas* são planos ou linhas de ação que objetivam influenciar e determinar decisões, ações ou outros assuntos. (...) Os *programas* são sistemas de projetos ou serviços, consistentes em uma série de passos a serem executados, assim como objetivos a serem atingidos, a fim de satisfazer a necessidade pública (SAHNI, 2013, p. 599).

Por fim, o último P a ser analisado na cooperação BRICS sobre a governança global é o *poder*. Nessa perspectiva, o poder dos países do BRICS deve ser considerado pelos fatores integrados de:

(...) taxas de crescimento econômico, a inventividade de suas sociedades, o poder relativo de rivais regionais e competidores extrarregionais, sua capacidade de projetar sua preeminência de maneira que sejam percebidas como benignas e atraentes, e o que é mais importante, a velocidade com a qual o poder da hegemonia sistêmica decline em relação a seu próprio poder em aumento (SAHNI, 2013, p. 600).

Devemos entender que o crescimento do poder de um Estado não cancela a influência de outro. Por exemplo, a Grã-Bretanha continuou representando papel importante em 1870 mesmo após os EUA já terem atingido um patamar econômico mais elevado do que ela. Dessa forma, o crescimento econômico da China, por exemplo, não irá excluir o poder político dos Estados Unidos mesmo se for ultrapassado economicamente. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que poder político e poder econômico nem sempre coincidem, ou seja, representar poder econômico internacional, como é o caso dos BRICS, nem sempre significa

representatividade política internacional, em instituições por exemplo (OURO-PRETO, 2013, p. 101-103).

É nesse sentido que os BRICS cooperam entre si para demonstrar o quão importantes esses países são, não individualmente, mas unidos. De fato, os BRICS não representam poder político internacional forte quando considerados individualmente, até a China necessita de mais força nesse aspecto, por isso é importante que se unam para mostrar como, combinados, esses países representam um ator relevante nas relações internacionais.

A ação conjunta dos BRICS reivindica uma “ordem global multipolar equitativa democrática”, ou seja, a representatividade desses países ascendentes em instituições políticas que lhe deem poder de decisão em assuntos internacionais, em contradição ao atual sistema, segundo eles ultrapassado e dominado por hegemonias antigas. De fato, ao ultrapassar as críticas à integração não tradicional do BRICS, pode se afirmar que:

Apesar de não constituírem, em princípio, um conjunto político institucionalizado ou econômico unido, os BRICS compartilham interesses comuns no sentido de propor e defender alterações no status quo econômico mundial, por exemplo, no peso relativo dos membros do FMI. Defendem uma reforma da ONU, inclusive de seu Conselho de Segurança, mesmo sem apresentar um projeto preciso. Expressam, frequentemente, pressões conjuntas sobre as linhas seguidas pelos países desenvolvidos frente à atual crise mundial. Representam a opinião dos países ainda pobres frente ao *establishment* das nações industrializadas que formam o grupo ocidental prevalecente no mundo desde o início da Revolução Industrial e da formação dos modernos impérios coloniais, que se encontram hoje em crise (OURO-PRETO, 2013, p. 108).

Nessa perspectiva, com a ideia de uma nova polaridade na ordem mundial caracterizada pela ascensão de emergentes que se fazem extremamente importantes no cenário internacional atual, é preciso entender os conceitos de Randall Schweller sobre os possíveis cenários para essa nova ordem. Um deles é o “*great-power concert*”, explicando que a nova ordem mundial está se caracterizando pela passagem da unipolaridade do cenário internacional para uma multipolaridade, de forma que essas potências emergentes agiriam como *supporters* de um sistema caracterizado pelas instituições internacionais multilaterais formando um novo equilíbrio de poder e uma maneira a estabilidade. A suposição do “*emerging powers in an age of disorder*”<sup>1</sup> explica que o mundo atual vive em um momento transitório quanto à polaridade, e a presença dos emergentes ligada ao peso desses países em questões relevantes com todos os continentes os torna fortes candidatos a uma nova ordem onde não necessariamente haverá uma

---

<sup>1</sup> Emerging Powers in an Age of Disorder: é uma obra do professor de Ciências Políticas da Universidade Estadual de Ohio Randall Schweller, publicada em setembro de 2011, a qual destaca os possíveis cenários que envolveriam uma nova ordem mundial devido a ascensão de países como China e Índia.

exclusão da importância dos países hegemônicos já estabelecidos, mas sim uma ascensão de novos atores que equilibrarão o contexto econômico e político internacional (SCHWELLER, 2011, p. 287-297).

Além disso, é preciso entender que a cooperação BRICS não tem cunho revolucionário de tomar a hegemonia internacional, muito pelo contrário, esses países procuram uma maior representatividade democrática e compartilhada com as antigas hegemônias, vista a relevância desses países no atual cenário pós-crise. Se formos analisar a China, por exemplo, podemos perceber que, apesar do potencial, o Estado Chinês sempre enfatizou que a sua emergência como grande potência será feita de forma pacífica e sem sobressaltos, apesar das ações desse país serem bastante imprevisíveis quanto ao futuro (LEGRO, 2010, p. 83-87). Nesse contexto, se o país do BRICS com maior capacidade de tomar a hegemonia mundial não mostra interesses nessa questão, é possível notar que a nova ordem internacional dos BRICS é procurada de forma pacífica e através da negociação pela agregação de poder e visando interesses comuns.

É inquestionável que instituições internacionais são espaços de poder. Essas instituições podem constranger os mais poderosos por meio de regras e procedimentos estabelecidos; além de proporcionar um espaço político onde países com menos força podem construir novas coalizões para tentar moldar normas que atendem seus interesses, contrabalanceando preferências e políticas dos mais poderosos; elas também oferecem uma visibilidade ou “oportunidade de voz” que permite a países relativamente fracos tornar públicos seus interesses e angariar apoios (HURRELL, 2009, p. 24-28).

Em algumas ocasiões, o papel “ordenador” da hierarquia foi formalizado, como nos deveres e direitos especiais dos membros permanentes do CSNU ou nas estruturas de votação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Com mais frequência, a hierarquia pode ser vista em poderosas normas políticas, como nos agrupamentos ad hoc e grupos de contato estabelecidos para lidar com crises de segurança específicas, ou no papel do G-8 em tentativas de administrar não apenas assuntos econômicos globais, mas muitos outros; ou ainda no modo como o gerenciamento da ordem financeira internacional é dominado por grupos fechados de atores poderosos (HURRELL, 2009, p. 25).

Nesse contexto, é clara a razão ao qual os BRICS têm interesse entrar nessa hierarquia das instituições internacionais. Demonstrando, assim, uma nova forma de integração em busca de poder: países emergentes que se tornaram mais relevantes após a crise financeira quando demonstraram seu poder de reconstituição econômica, procurando a representatividade política democrática em decisões no cenário internacional.

#### 1.4 A Interdependência Complexa e os BRICS

A crise de 2008 teve efeitos devastadores nas economias dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos, podemos perceber que uma crise pode começar em um país, porém pode gerar externalidades que, dependendo da sua proporção, chegam a afetar todos os países do globo. Os Estados Unidos foram o maior transmissor da crise ao redor do mundo. A União Europeia sofreu graves danos em sua economia em decorrência de sua relação de dependência com os Estados Unidos. Os países emergentes dos BRICS foram, também, impactados pela crise, porém muito menos que muitos outros países em relação ao nível de dependência que eles tinham. Vale ressaltar, novamente, que os impactos no Brasil, na Rússia, na Índia, na China e na África do Sul foram heterogêneos por serem países independentes e de economias distintas:

É natural que, como casa bancária, o foco da reflexão de Goldman Sachs fosse em seus clientes. Criar o acrônimo era uma solução rápida e eficaz para lembrar onde estariam, em médio e longo prazos, boas oportunidades. Como as previsões iam na direção correta, para quem preferiu os mercados emergentes ao de hipotecas nos EUA, os ganhos são óbvios. Os números são bem conhecidos e, salvo poucos anos de dificuldade para a Rússia e o Brasil, os BRICS são hoje mais relevantes para a economia global do que em dez anos (FONSECA, 2013, p. 23).

Antes de tudo, é importante referenciar os trabalhos de Robert Keohane e Joseph Nye (1971, 1977) que teorizam sobre a *interdependência complexa* entre o sistema internacional, defendendo que as transações internacionais entre estados aumentaram significativamente de forma que os países estavam cada vez mais ligados, principalmente por suas economias, e processos nacionais podem se transformar em internacionais, como foi o caso da crise nos Estados Unidos. Segundo Noqueira e Messari a interdependência complexa explicava que:

As economias nacionais estavam mais interligadas pelo avanço nas comunicações, pela intensificação de transações financeiras, pelo crescimento no volume do comércio, pela atuação de empresas multinacionais em diferentes mercados simultaneamente, pela influência recíproca de movimentos culturais e ideologias etc. Isso significa que, cada vez mais, os acontecimentos que ocorriam em um país tinham efeitos concretos sobre outros países. Ou, dito de outra forma, cada vez mais países se encontram diante de problemas (econômicos, políticos ou sociais) causados por decisões ou fatos que tiveram lugar em outro país e sobre os quais não tinham qualquer controle (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 81).

Fica claro, portanto, que foi exatamente isso que aconteceu com a transmissão da crise do crédito de alto risco nos Estados Unidos para o resto do mundo. Devido à decisão de introduzir o crédito de hipotecas subprime pelos bancos dos EUA, a crise de crédito se espalhou por outros setores no país até que se transferisse para a economia real, provocando uma crise na zona do euro, os BRICS tiveram seu crescimento reduzido e muitos outros países no mundo foram afetados. De fato, os acontecimentos na economia de um país (de extrema importância

no cenário internacional) formaram um efeito dominó na economia de diversos países decorrido da interdependência entre os Estados Unidos e a os países afetados pela crise financeira internacional, ou seja, o mundo inteiro.

Entretanto, é imprescindível perceber que com o avanço das tecnologias de comunicação e transições financeiras, com o crescimento do volume do comércio e da atuação de empresas multinacionais entre os países, os BRICS se tornam atores muito importante para as relações internacionais, dado a não dependência dos BRIC ao mundo e pela contribuição inegável deles para a economia mundial:

O BRIC é um aspecto-chave da moderna era globalizada. Os países do BRIC estão no centro da visão atual e prospectiva para a globalização, a interação entre as economias BRIC e as do G7 é um aspecto crítico da globalização e interdependência. A composição variada do BRIC, o equilíbrio entre abundância e dependência de recursos no seio do BRIC, e o viés demográfico global em favor dos países do BRIC, facultam a essas economias a oportunidade de participação de maneira integral na economia mundial (O'Neill, 2005, p. 3).

A interdependência complexa de Keohane e Nye teoriza sobre os impactos de ações e decisões, nesse caso econômicas, em outros países. A conexão entre os Estados Unidos, União Europeia e os BRICS foi o que definiu como esses países foram afetados pela crise de 2008. De acordo com a teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye, a sensibilidade de um país: “é o indicador do impacto, medido em termos, que uma ocorrência em um país tem sobre a sociedade de outro. Quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 83). Dessa forma, o grau de sensibilidade sobre a crise dos BRICS é medido pela intensidade dos meios transmissores da crise para esses países.

Feita uma análise sobre a resposta dos países BRICS à crise, podemos observar que cada país teve sua forma de reagir à crise, heterogeneamente, para a saída da economia global daquele maior momento de turbulência da crise. Nessa questão, podemos observar, ainda, que os autores da interdependência complexa criaram um termo para essa resposta, a *vulnerabilidade*:

Mede o custo das alternativas disponíveis para fazer frente diante do impacto externo. A vulnerabilidade de um país será alta quanto mais alto for o custo das iniciativas necessárias para fazer frente ao efeito gerado pela interdependência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 84).

Nessa perspectiva, observa-se que a vulnerabilidade dos países à crise de 2008 pode ser calculada pelos custos em gastos que o país se utilizou para reagir aos efeitos da mesma. Nesse caso, extremamente ligada à sensibilidade, as vulnerabilidades dos BRICS foram também diferentes, uma vez que alguns países necessitaram de mais recursos do que outros para



poderem recuperar o nível de crescimento recuado. Por exemplo, a China teve uma menor vulnerabilidade na crise por ter impacto reduzido nos transmissores da crise com os Estados Unidos e de conseguir continuar crescendo com políticas anticíclicas, porém a Rússia, que dependia bastante da exportação de petróleo, teve uma grande dificuldade durante a reação à crise. Nesse contexto, a vulnerabilidade da Rússia foi maior do que a vulnerabilidade da China, no caso da crise de 2008.

Entretanto, é notório que o impacto da crise de 2008 foi menor nos BRICS do que na União Europeia, nos Estados Unidos e em muitos outros países do globo. De fato, o Brasil e a Rússia sofreram um impacto mais considerável comparados à China e à Índia, mas quando comparados com a União Europeia, por exemplo, o impacto da crise foi mais desastroso. Além disso, os países do BRICS tiveram uma capacidade de recuperação muito mais rápida do que os países desenvolvidos, devido ao modelo de economia desenvolvido por eles que foi capaz de se adaptar as alterações da crise.

É evidente, portanto, que a crise teve efeitos trágicos no mundo inteiro, devido à grande interdependência aos Estados Unidos, o mundo inteiro foi afetado pela crise gerada naquele país, entretanto, alguns países tiveram mais sensibilidade e vulnerabilidade para desviar e reagir sobre os efeitos mais impactantes da crise. Esses países foram os BRICS. China, Índia, África do Sul, Brasil e Rússia, respectivamente, foram países que tiveram a maior habilidade de reação e adaptação à crise.

## 2 A Crise Financeira de 2008 e os BRICS

### 2.1 A Crise Financeira Internacional de 2008

Depois de gerar desemprego, causar redução de crescimento do PIB, provocar uma série de perdas de capital no mundo, crises deixam uma trilha de destruição. E assim aconteceu com a Crise Financeira Internacional de 2008, os efeitos foram notórios em todo o mundo, todos foram atingidos, mas é importante analisar como os países foram atingidos e qual o efeito disso na economia internacional.

Antes de tudo, é importante entender que a crise das subprimes começou quando bancos norte-americanos responsáveis pelas hipotecas resolveram aumentar seus lucros com a criação das hipotecas de imóveis de alto risco, esse novo modelo de hipoteca dava créditos para a hipoteca de imóveis para famílias de baixa renda no país. Essas instituições financeiras confiaram demais em clientes que não tinham bom histórico de pagamento de dívidas. Esse tipo de financiamento, de alto risco, é chamado de subprime. Os clientes davam como garantia suas casas, mas o mercado imobiliário entrou em crise em meados de 2007. Os preços dos imóveis caíram, reduzindo as garantias dos empréstimos. Com medo, esses bancos dificultaram novos empréstimos fazendo cair o número de compradores de imóveis, agravando ainda mais a crise no setor, que começou a ser observada em julho de 2007. O problema afetou o nível de emprego e o consumo, causando uma recessão geral na economia dos EUA. Bancos transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e venderam a outras instituições financeiras, que também acabaram sofrendo perdas. Nesse contexto, é importante observar que:

(...) durante os bons tempos, os intermediários financeiros (Minsky os rotulou de "mercadores das dívidas") tentam, por meio de inovações sofisticadas, seduzir investidores para fazê-los comprar essa dívida. A busca por mais lucros faz com que os agentes do mercado financeiro acabem por colocar seu dinheiro em vários investimentos que possuem pouca ou nenhuma substância - tais como títulos lastreados em hipotecas subprime. O que torna esses investimentos atraentes é a maneira sofisticada como eles são empacotados e vendidos, e a relativamente alta taxa de retorno que oferecem. Porém, tão logo as condições econômicas se alterem, a verdadeira situação financeira de muitos mutuários é revelada e a crise torna-se inevitável. Os emprestadores restringem sua oferta de fundos e os tomadores de empréstimo são empurrados para um estado falimentar, pois eles não mais conseguem renovar seus empréstimos para pagar as dívidas. Surge então a crise financeira (SHOSTAK, 2009).

Um dos bancos mais importantes dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, com mais de 150 anos de existência e sendo considerado um dos pilares da Wall Street, faliu em setembro de 2008 quando fez um pedido de concordata, devido aos grandes prejuízos que o banco teve

com o sistema de hipotecas-lixo (subprime). Nessa mesma época vários outros bancos importantíssimos do país quebraram, as ações da maior empresa seguradora do país (American International Group Inc.) caíram 60% e houve ainda a estatização de empresas gigantes no mercado de hipotecas e empréstimos pessoais como a Federal National Mortgage Association e a Federal Home Loan Mortgage Corporation que também estavam quebradas. Em decorrência disso foram introduzidos alguns pacotes de socorro aos bancos quebrados, o custo total foi de US\$ 850 bilhões, dos quais até US\$ 700 bilhões serão usados para comprar os títulos podres dos subprime. Entretanto, segundo o Wall Street Journal, o preço dos imóveis continuaria abaixando, uma vez que:

Os principais sustentáculos do crescimento da economia - gastos dos consumidores, empresas e governo e as exportações - continuam se esfarelando (...). A demanda externa por bens americanos, que ajudou o setor industrial a evitar uma desaceleração mais profunda este ano, deve secar à medida que as maiores economias mundiais flertam com a recessão e nações de rápida expansão, como China e Índia perdem o pulso (FILHO, 2011).

Segundo David Ferreira Carvalho, a crise das subprimes nos Estados Unidos foi a causa da explosão do mercado financeiro dos EUA, mas não a causa fundamental da crise, uma vez que a raiz dela são os desequilíbrios macroeconômicos e a subestimação do risco sistêmico que conduziu uma excessiva alavancagem financeira nos anos anteriores à crise, ou seja, foi a combinação das inovações tanto no setor bancário quando nos vários mercados financeiros, sem uma regulação e supervisão adequada que levou a crise financeira nesse país. Entretanto, é preciso considerar, também, que macroeconomicamente a crise econômico-financeira dos EUA apresenta outros fatores como: os gastos de consumo doméstico em detrimento dos investimentos reais e das exportações líquidas na economia do país; e a fragilidade do comércio exterior causada pelo déficit da conta de transições corrente do balanço de pagamentos nos EUA. Dessa forma, a crise financeira nos Estados Unidos se tornou uma crise macroeconômica uma vez que os déficits fiscais e comerciais são eventualmente produzidos nos mercados financeiros e, assim, transferidos para a economia real (CARVALHO, 2010, p. 1-18).

Fica claro, portanto, que a crise se disseminou por vários setores e teve causas diversas. A crise das subprime iniciou pelas “hipotecas-lixo” dos bancos norte-americanos, que quando quebraram se tiveram um efeito dominó em outros setores da economia do país. Devido ao descontrole, à não interferência do estado, inicialmente, nessa crise e a desconfiança gerada por isso. Dessa forma, houve uma propagação maior e a crise financeira se tornou uma crise de crédito. Segundo Jennifer Hermann:

(...) um quadro de *crise financeira sistêmica* só se configura se a *crise de crédito* der origem a uma *crise de confiança*. Esta se manifesta pelo rápido aumento da preferência por liquidez, em detrimento dos ativos financeiros. Se tal tendência não for rapidamente contida por uma política macroeconômica que restaure a confiança, desencadeia-se um “comportamento de manada”, pelo qual, mesmo aqueles que ainda não têm razões objetivas para se desfazer de ativos, tornam-se também vendedores apressados, apenas porque os que já sofreram perdas estão agindo assim. Esta prevenção individual, porém, em vez de proteger os portfólios, acaba por levar à deflação de ativos, espalhando a crise (HERMANN, 2009, p. 139).

Nesse contexto, a crise de crédito de alto risco estava instalada nos Estados Unidos. Porém, devido à posição econômica dos Estados Unidos no cenário internacional a crise se espalhou pelo mundo inteiro, e a crise tomou proporções internacionais com efeitos significativos em países desenvolvidos e em desenvolvimentos. Nesse contexto, uma crise de crédito nos Estados Unidos se tornou numa crise internacional provocando grandes recessões no mundo inteiro. Dessa forma, há uma desconfiança no mercado, enfraquecendo a hegemonia norte-americana e dando mais espaço para os BRIC, mas isso não indica uma mudança de hegemonias. Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira:

(...) dois fatores contribuem para a profundidade da desconfiança: de um lado, o enfraquecimento da hegemonia norte-americana nos anos 2000 não apenas devido aos déficits gêmeos, mas também à guerra do Iraque, aos abusos contra os direitos humanos, e à instrumentação da democracia como forma de dominação. De outro, um erro grave e pontual cometido pelo Tesouro norte-americano: não ter salvo o Lehman Brothers. Bancos grandes não podem ir à falência; o risco de crise sistêmica é muito grande. Foi a partir dessa decisão que o quadro financeiro mundial entrou em franca deterioração. O salvamento da AIG no dia seguinte, o pacote de US\$ 700 bilhões para dar solvência aos bancos, as diversas intervenções de bancos europeus garantindo seus próprios bancos e garantindo os cidadãos depositantes, e a baixa coordenada de juros pelos bancos centrais não fizeram efeito até agora (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 134).

É importante perceber, também, a participação do novo modelo de regulamentação financeira, que se caracterizava pela desregulamentação, que mostrou ser devastador para os mercados norte-americano e europeu resultando em uma fuga de capital neles. Então, é possível observar que o impacto nos países desenvolvidos foi significativo e a fuga de capital não foi a causa principal da crise nos Estados Unidos, mas também os déficits públicos e externos crescentes que o país apresentava há quase dez anos além da falha na supervisão bancária (HERMANN, 2009, p. 138-149).

Então, é possível entender como a crise tomou proporções internacionais:

é preciso lembrar que a crise financeira norte-americana ocorreu num contexto de desregulamentação financeira que teve início com a destruição do sistema de Bretton Woods, sob o qual a economia mundial foi sustentada, em quase mais de duas décadas, por um *boom* de prosperidade com estabilidade dos preços. Desde então é notório o aumento da frequência e do tamanho dos desequilíbrios macroeconômicos

nas economias nacionais cujas consequências se manifestam em crises financeiras sistêmicas de amplitude mundial (CARVALHO, 2010, p. 8).

É necessário dizer, também, que o impacto da crise financeira foi trágico em alguns países. Para a união europeia, que se configura como uma integração de estados, a crise foi, e ainda é, muito forte. De fato, a crise financeira atingiu severamente as finanças públicas na Europa, trazendo a Crise do Euro. Entre 2007 e 2010 a dívida pública da zona do euro havia aumentado de 65% do PIB para 85%. A crise financeira teve um impacto mais forte nos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), países menos desenvolvidos, o que levou a zona do euro à crise. A crise na Grécia foi particularmente a mais agravante. A confiança do mercado foi reduzida em larga escala junto com a deterioração das finanças públicas. Nesse contexto, é perceptível que a União Europeia teve graves impactos decorridos da crise, devido à grande dependência comercial desses países aos Estados Unidos, à grande interdependência de todos os países da zona do euro e, também, aos problemas na economia dos países menos desenvolvidos dentro dessa integração, os PIIGS (PAULO, 2011, p. 14-25).

A crise de 2008 começou nos Estados Unidos com a quebra de instituições de crédito de alto risco que concediam empréstimos no setor hipotecário em 2006 e se espalhou internacionalmente criando um efeito dominó nos bancos dos países ao redor do mundo. “O impacto sobre o comércio foi avassalador: o comércio mundial caiu mais do que produção mundial e bem mais do que o produto interno bruto (PIB) global”. Entretanto uma crise dessa proporção não afetou apenas alguns países, mas a economia do planeta inteiro, pois os países que são dependentes economicamente dos mercados danificados pela crise são logo afetados pela mesma, e mesmo os países com menor dependência são afetados indiretamente por outros fatores como o aumento do dólar, por exemplo (GOPINATH; ITSKHOKI, 2009).

Fica exposto como a crise debilitou os países desenvolvidos, com ênfase nos Estados Unidos e na União Europeia. Grandes perdas aconteceram na hegemonia mundial e a Crise do Euro se espalhou por um continente devido as interdependências e conexões entre suas economias. Posteriormente a crise tendeu a se espalhar pelo mundo inteiro, inclusive entre os países do BRICS, mas eles tiveram um diferencial nos seus modelos econômicos quanto aos impactos e reações frente a crise.

## 2.2 Os impactos da crise financeira nos países do BRICS

Durante o início da crise foram reduzidos os fundos disponibilizados por grandes instituições financeiras por suas subsidiárias localizadas nos BRICs. Além disso, a queda da

demanda por commodities conseqüentemente gerou uma queda nos preços dos mesmos (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79). Ainda de acordo com os autores:

A recente crise financeira mostrou claramente o quão resiliente essas economias são a choques externos. Estima-se que o BRIC tenha contribuído com 30% do crescimento global do PIB entre 2000 e 2008, mas sua contribuição para o crescimento global desde 2007 foi de aproximadamente 45%. Além disso, enquanto grande parte do BRIC já retomou seu ritmo de crescimento, as economias avançadas estão começando a sair da recessão agora (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 58).

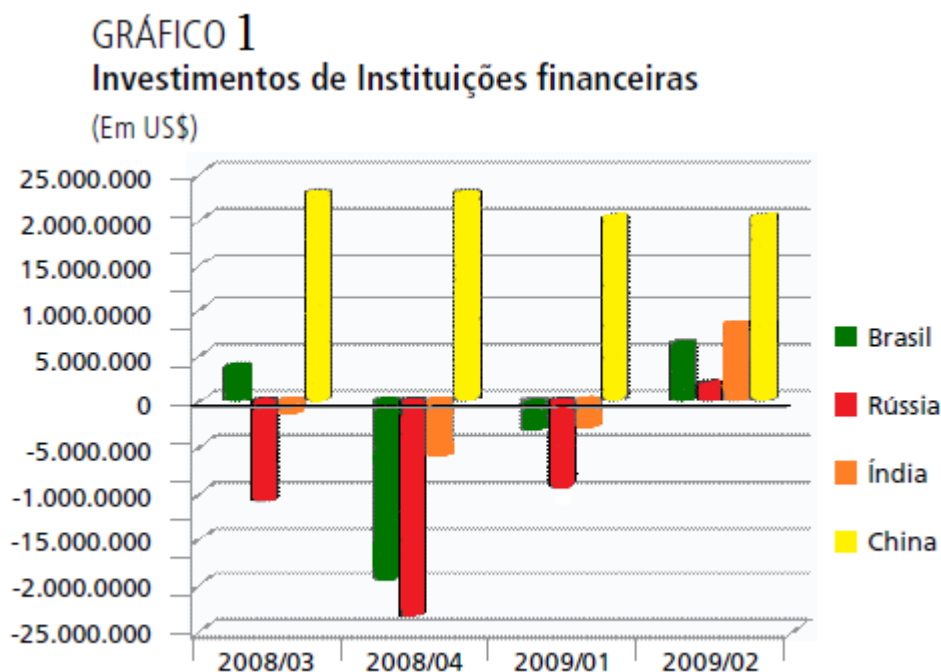
No fim de 2009 já se percebe que a crise não provocou o mesmo efeito sobre os mercados BRICS do que sobre os países desenvolvidos (EUA e UE). Nesse contexto, os países emergentes conseguiram retomar o crescimento com mais rapidez, sendo assim, esses países pareceram exibir uma nova adaptabilidade e maior recuperação em relação à crise. É importante ressaltar que, em parte, o impacto dessa crise nos mercados desses países foi bem menor do que nos países desenvolvidos por razões pré-existentes a crise. Por exemplo, os sistemas financeiros dos BRICS apresentavam maior grau de regulação e eram parcialmente menos sofisticados comparados aos países industrializados. Nessa perspectiva, quando a crise chegou nesses países os instrumentos financeiros de alto risco não afetaram de mesma forma seus mercados que já estavam mais isolados em relação às oscilações intensificadas pela crise (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Durante uma crise há várias formas de transmissão decorrido da interdependência entre os países, dessa forma, os BRICS receberam indícios da crise em suas economias em vários setores. Os BRICS enfrentaram duas formas de impacto a partir do setor bancário: diretamente quando os bancos fizeram a retenção ativos estrangeiros tóxicos e indiretamente quando os bancos são atingidos pelo aumento na taxa de juros de curto prazo, pela expansão de crédito abalada ou quando o baixo grau de expectativa com o futuro da economia. A solidez financeira dos países pode ser medida pela quantidade de ativos estrangeiros detidos pelos bancos domésticos ou pelos ativos bancários domésticos retidos pelas empresas estrangeiras. Diferentemente dos países desenvolvidos, os depósitos domésticos e a liquidez dos BRICS estavam abundantes o que amorteceu os efeitos da crise, e a exposição desse setor aos instrumentos financeiros complexos nesses países foi restrita, o que protegeu esses países do impacto da crise (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

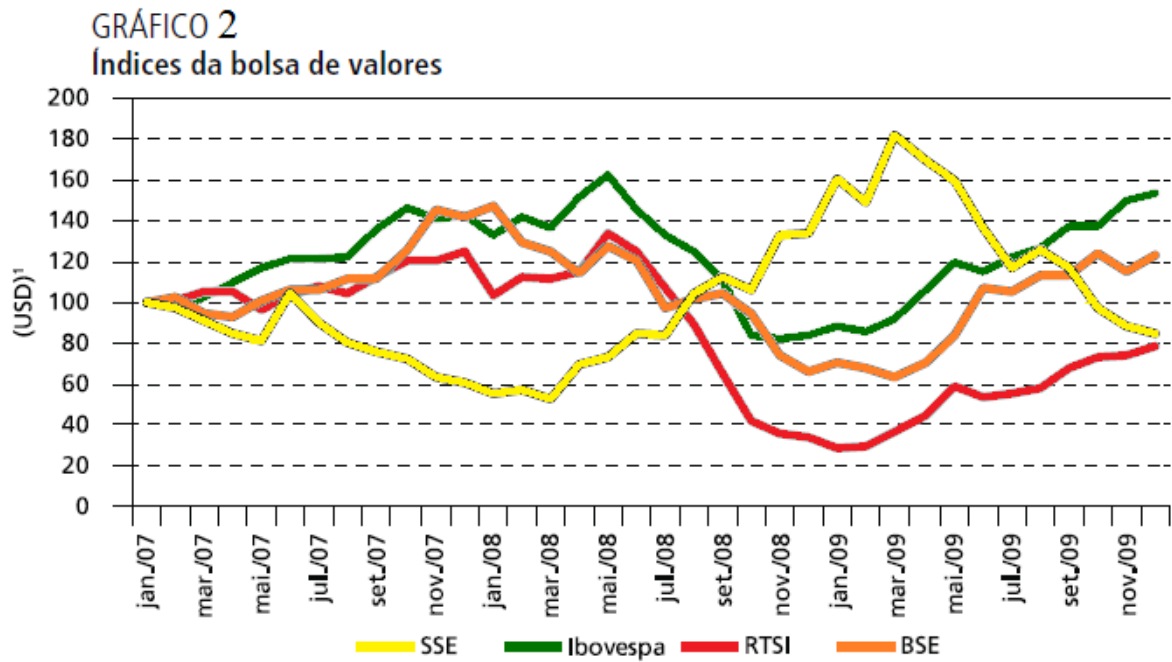
Outra forma de impacto foi através dos investimentos institucionais estrangeiros onde houve uma inversão da tendência da entrada de investimentos no Brasil, Rússia e Índia, enquanto a China não foi afetada por ela, como pode se observar no **Gráfico 1**. Após uma análise do Índice Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Ibovespa) para o Brasil, o Russian

Trading System Index (RTSI) para a Rússia, o Bombay Stock Exchange (BSE) para a Índia e o Shanghai Stock Exchange (SSE) para a China, foi observado que essa retirada de investimentos refletiu bastante na bolsa de valores, ou seja, no mercado de capital, trazendo uma queda generalizada dos índices de mercado, ilustrada no **Gráfico 2**. O crédito de curto prazo também desempenha importante papel nas economias dos BRIC pois o setor corporativo tem dificuldade de achar domesticamente suficientes recursos que viabilizam a sua expansão, esse crédito possibilita novos investimentos. Além disso, muitas vezes o financiamento de aquisições e fusões de empresas desses países no exterior vem do crédito de curto prazo. Nesse contexto, houve um declínio desse tipo de crédito em cada um dos BRIC, como observamos na **Tabela 1** (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Fica claro, portanto, que nos BRIC houve uma queda no montante total de comércio que começou no terceiro trimestre de 2008 e durou até o terceiro de 2009. O que surpreende é que no final de 2009 esses países já mostram sinais de recuperação em relação a essa queda, podemos observar isso no **Gráfico 3**. É importante ressaltar, então, que os BRIC estavam crescendo economicamente até que a crise os atingiu, os impactos nessas economias emergentes houveram formas distintas, porém todos mostraram possibilidades de recuperação (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).



**Fonte:** Extraído de BANERJEE; VASHISTH, 2010, Gráfico 5, p. 63.



Nota<sup>1</sup> USD=United States Dolar.

**Fonte:** Extraído de BANERJEE; VASHISTH, 2010, Gráfico 6, p. 64.

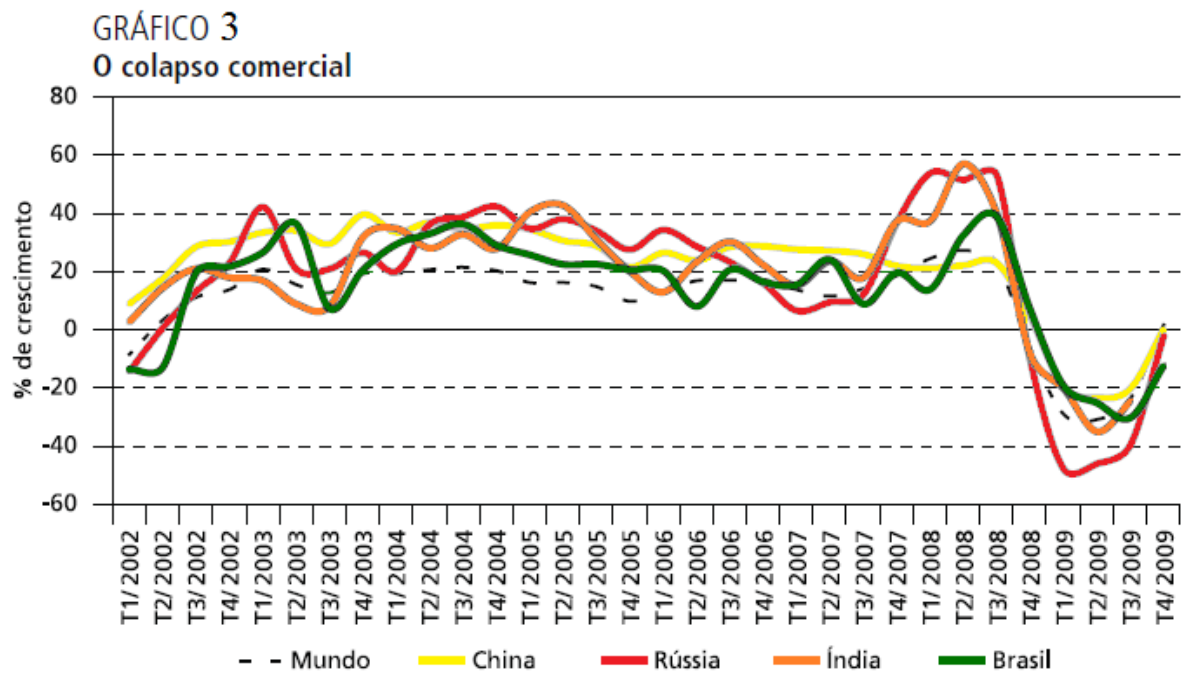
**TABELA 1**  
**Crédito de curto prazo no BRIC**  
(Em US\$ milhões)

|         |         |         |       |                |
|---------|---------|---------|-------|----------------|
| 2008 Q1 | 12.921  | -56     | 4.827 |                |
| 2008 Q2 | 44.049  | -50     | 1.467 | 46.727,68      |
| 2008 Q3 | 29.990  | 217     | 1.690 |                |
| 2008 Q4 | -26.178 | 108     | 3.884 | -49.830,78     |
| 2009 Q1 | -16.698 | -3.568  | 1.117 |                |
| 2009 Q2 | -3.687  | -9.610  | -457  | 2.304,16       |
| 2009 Q3 | -9.927  | -10.737 | 1.209 |                |
| 2009 Q4 | -10.254 | -1.175  | 1.538 | Não disponível |

Fontes Nacionais.

**Fonte:** Extraído de BANERJEE; VASHISTH, 2010, Tabela 2, p. 67.





**Fonte:** Extraído de BANERJEE; VASHISTH, 2010, Gráfico 9, p. 68.

Em outubro de 2008, Luiz Inácio Lula da Silva disse: "Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquivar." se referindo à crise dos Estados Unidos e seus efeitos na economia brasileira. Porém o ex-presidente do Brasil completou informando que o país não estava livre da crise: "ninguém está a salvo e todos os países serão atingidos pela crise" (GALHARDO, 2008).

O Brasil, apesar de ter um grande potencial, foi um dos países mais debilitados pela crise em relação aos BRIC. Em relação à solidez financeira o Brasil era o país que mais tinha montantes de ativos bancários domésticos no exterior, sendo sua participação de 25%, mostrando que qualquer impacto da crise no setor bancário afetaria muito mais o Brasil do que os outros países do BRIC. Além disso, houve um êxodo de investimento estrangeiro no país no quarto trimestre de 2008 até o segundo trimestre de 2009, causando uma perda de US\$ 20 bilhões da economia brasileira. Na bolsa de valores o impacto foi claramente sentido em termos de índice de mercado. Houve, também, um impacto sobre o câmbio causando a valorização da moeda brasileira de 38,6% desde o terceiro trimestre de 2008 até o primeiro trimestre de 2009. Dessa forma, a taxa de crescimento do PIB do Brasil despencou, porém já mostrava sinais de recuperação no final de 2009. O Brasil foi sim atingido pela crise principalmente no final de 2008 e em 2009, todavia esse país mostrou mais capacidade de desviar da crise do que outros países do mundo, o Brasil e os outros BRIC conseguiram escapar da magnitude da recessão

vivida pelos outros países no globo nesse primeiro momento (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Na Índia o setor de serviços corresponde a 31% das exportações desse país. Dessa forma, a queda na exportação do país foi bem menor comparada ao Brasil e a Rússia. Além disso, o Banco Central Indiano tomou medidas anticíclicas que evitaram a exposição das firmas indianas à crise subprime. Mesmo assim, ainda houve uma fuga de investimentos de instituições financeiras na Índia que gerou uma perda de um valor um pouco abaixo de US\$ 6 bilhões. Em relação ao mercado de Capital, o impacto da crise financeira foi, em termos de mercado, visível na Índia, principalmente após a queda do Lehman Brothers. Em relação aos créditos de curto prazo a Índia também não foi muito afetada pela crise nesse aspecto comparada ao Brasil. O reflexo em relação ao câmbio foi uma valorização na moeda do país de 13,7% (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Então, é importante entender que o efeito sobre o setor de serviços, uma vez que ele desempenha papel mais importante nas exportações na Índia:

Apesar de ter havido queda das exportações no país, foi bem menor do que a observada nos outros países, especialmente no Brasil e na Rússia. Isso se deve primordialmente ao fato de que a redução nas exportações de serviços tem sido relativamente mitigada, apresentando sua maior queda no terceiro trimestre de 2009, com a retração de 14%. Dado que os serviços desempenham, de longe, o papel mais importante no conjunto de exportações da Índia, pode-se concluir que seu impacto limitado sobre estas no país pode ser atribuído ao efeito mitigado da crise sobre esse setor. Entretanto, há alguns indícios de que houve um efeito retardado sobre a exportação de serviços (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 69).

A China também recebeu considerável impacto quando a sua exportação de manufaturas passou de 36% do PIB em 2007 para 24% em 2009. Entretanto, em outros fatores a China não foi muito afetada pela crise. No setor bancário a China foi menos atingida por não ter participação de ativos domésticos detidos por empresas estrangeiras, devido a sua política econômica controlada pelo governo. A China foi o único país dos BRIC que não houve perda de entrada de investimentos de instituições financeiras, principalmente porque parte desses investimentos vem de Taiwan e outros paraísos fiscais. A Shanghai Stock Exchange (SSE) atravessou a crise sem problemas devido ao país não ter sido nada afetado pela saída de investimentos. Os Chineses foram menos afetados na questão do crédito de curto prazo, porém mesmo após 2010 esse crédito na China ainda não está nos mesmo patamares que era antes da crise. Além desses fatos, o câmbio Chinês quase não foi afetado pela crise havendo pequena valorização monetária de 0,25%. No começo de 2009, o crescimento das exportações Chinesas caiu para -22,2%, mas ao mesmo tempo a exportação de serviços aumentou para 11%. Nessa

perspectiva, podemos observar que a China atravessou os momentos mais turbulentos da crise relativamente bem, e que sua taxa de crescimento continuou a cima de 5% mesmo durante os períodos de turbulência (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 69).

A Rússia foi, talvez, o país mais afetado do BRIC devido à grande participação do petróleo em suas exportações:

A taxa de crescimento de exportações flutuou em torno de 68% a cada trimestre durante os primeiros três trimestres para a Rússia. Porém, despencou para -52,4% no primeiro trimestre de 2009. Essa queda continuou por mais três trimestres consecutivos. Vale notar que a queda nas exportações foi liderada pela queda das exportações de bens, principalmente de petróleo bruto. Na verdade, não foi tanto o volume de exportações deste produto que foi afetado, mas seu valor. O declínio acentuado dos preços internacionais de petróleo levou a uma forte redução no valor do petróleo exportado pela Rússia. O fato de que a participação do setor de serviços no total exportado continuava subindo, até mesmo no pico da crise, também sugere que foi a queda na exportação de bens que levou ao declínio de exportações da Rússia (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 68-69).

No setor bancário, a Rússia tinha elevado percentual (12%) de participação de ativos domésticos detidos no exterior o que causou com que a crise tivesse um impacto elevado nesse país, assim como aconteceu no Brasil. O investimento institucional estrangeiro caiu bastante na Rússia, só do terceiro para o quarto trimestre de 2008 o país perdeu US\$ 25 bilhões em investimentos. Em decorrência da retração no mercado de capitais, a Rússia foi a mais atingida com o declínio de crédito de curto prazo, que conseguiu reduzi-lo, mas o crédito continuou negativo. O impacto da crise na Rússia causou grandes perdas comerciais no país, retraindo 7,8% da economia em 2009. A crise global implicou na redução do ritmo de crescimento de IED na Rússia, e foi previsto que ele não voltaria ao mesmo nível que antes da crise até 2013, diferentemente dos outros BRIC que apresentaram crescimento estável em setores distintos logo após a crise. Houve, ainda, uma valorização da moeda russa de 38,6%. Nesse contexto, é possível observar que a taxa de crescimento do PIB russo despencou, devido à forte integração comercial desse país, em função da exportação de petróleo, aos países mais afetados pela crise (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Na África do Sul a crise internacional teve efeitos trágicos para a sociedade. Nesse país as estruturas financeiras são consideravelmente sólidas e diversificadas, dessa forma, como mais da metade dos bancos sul-africanos são nacionais, esse setor foi pouco afetado pela crise, devido à baixa exposição dos bancos do país aos riscos externos, ou seja, aos subprimes. Entretanto, a crise se chocou com a crise econômica local na África do Sul, houve um aumento do desemprego, a queda do preço dos imóveis, a deterioração da carteira dos bancos e o

aumento da taxa de créditos inadimplentes. Além disso, o crescimento do PIB do país caiu de 3,1 para -1,8 de 2008 para 2009 (BENACHENHOU, 2013, p. 127-128).

Antes de tudo, é importante ressaltar que os BRICS estavam crescendo até a crise os atingir em 2008. Nessa perspectiva, a exposição à crise econômica naquele momento foi heterogênea entre os países do BRICS devido às suas diferentes economias nacionais e comércios internacionais. A Índia e a China tiveram relativamente um bom desempenho durante a crise, tendo taxas positivas durante o período que a mesma os atingia, enquanto o Brasil, a África do Sul e a Rússia tiveram baixas no crescimento do PIB. Quando analisados separadamente os BRICS e suas distintas economias percebemos que houve diferentes impactos da crise entre eles, e isso se deve ao nível de integração aos economias desenvolvidas que eles apresentavam durante 2008 e 2009, uma vez que Brasil e Rússia apresentavam mais canais de transmissão da crise por terem mais dependência econômica, enquanto Índia e China apresentaram um impacto muito menor decorrido de uma menor interdependência dos países mais afetados pela crise de 2008.

Entretanto, considerando o impacto da crise no mundo, mesmo os BRICS sendo afetados eles escaparam da magnitude da recessão que outros países sofreram pela crise. Dessa forma, é preciso considerar a presença de índices de crescimento das economias BRICS maiores em relação ao mundo. O quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009 foram os momentos que a crise atingiu o mundo de forma mais bruta, a economia mundial estava em péssimas condições, todos foram atingidos e a mesma havia levado todos ao fundo do poço. Todavia, os componentes do BRICS conseguiram superar esses primeiros impactos de forma surpreendente, chamando a atenção de todos os outros países no mundo, pois desenvolveram um modelo de desenvolvimento capaz de se adaptar às mudanças do cenário internacional.

### 2.3 A reação dos países do BRICS frente à crise financeira

Devido ao impacto da crise os BRICS também vêm implementando políticas em consequência aos seus efeitos por intervenções dos estados, porém bem menores comparadas aos Estados Unidos e União Europeia. Entre os países mais influentes no mundo, nos desenvolvidos houve uma intervenção muito maior em termos absolutos e em termos relativos ao PIB. Além disso, houve uma diversificação de respostas entre os países emergentes decorrido de terem sido atingidos heterogeneamente. De fato, é notório a diversidade nas políticas implementadas pelo Brasil, Rússia, Índia, e China em reação à crise, porque eles foram afetados diferentemente por ela já que as fontes de crescimentos desses países são distintas. Por

exemplo, a Rússia é mais dependente de combustíveis e o Brasil depende mais de commodities, todavia a China e a Índia são economias que se apoiam mais em setores manufaturados e serviços. Além disso, o Brasil e a Índia se isolam da economia global uma vez que seu crescimento depende mais de suas demandas domésticas do que de investimento ou comércio exterior.

Houve, então, uma união coordenada pelas maiores economias no mundo para impulsionar a economia mundial por respostas fiscais e monetárias. Os líderes mundiais concordaram que uma resposta da política fiscal coordenada seria necessária para a saída da econômica global da recessão que a crise trouxe. Dessa forma as políticas keynesianas e suas variantes tomaram conta das decisões das políticas econômicas mundiais nessa época. O tamanho do estímulo fiscal global agregado chegou a aproximadamente 1,957 trilhões de dólares que correspondem a 3,16% do PIB mundial. Entretanto, o estímulo de cada país nos BRICS foi diferenciado. A participação nesse estímulo foi bem variada em geral, 40% veio dos Estados Unidos e entre os BRICS o país mais participativo foi a China com 30%, a Rússia participou com somente 2% e Índia e Brasil tiveram participação de apenas 0,3% cada. Nesse contexto, o objetivo geral da resposta monetária era impulsionar o crescimento e a demanda agregada através de injeções de crédito no sistema (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

No Brasil, a política econômica seguiu um caminho diferenciado de outros países do mundo, o Banco Central iniciou um ciclo de aperto da política monetária em abril de 2008, aumentando a meta da taxa de juros básica. Além disso, o Brasil apostou na expansão na venda à crédito, que havia crescido bastante no país desse 2005 até o começo da crise. De fato, primeiramente as ações do Banco Central tiveram foco em preservar a solidez do sistema financeiro diante da contração do crédito global, após isso as suas ações focaram-se na libertação de compulsórios e garantias para que o sistema mantivesse um ritmo operacional adequado. É possível observar, ainda, que o Brasil foi um dos países que menos adotou medidas especiais relativas ao sistema financeiro comparado a outros países do globo. O Brasil, também, aproveitou a oportunidade para estender o Programa Bolsa Família, que muito foi aplaudido e exitoso, reajustar o salário mínimo em 12% e a realização de várias concessões para o alívio de juros para, dessa forma, impulsionar sua demanda de consumo privada. Nesse contexto, esse conjunto de ações resultou no restabelecimento da atividade econômica brasileira já no terceiro trimestre de 2009, resultando no registro de crescimento significativo do país já em 2010 (MORI; HOLLAND, 2010, p. 10-14).

De fato, a crise atingiu o país de forma bruta e intensa, porém a adaptabilidade do país fez com que houvesse uma capacidade de recuperação mais fácil. Rafael Souza Lopes e

Eduardo Mauch Palmeira argumentam sobre a posição do Brasil quando ele foi atingido pela crise:

Tomando distância da conjuntura interna e olhando a longo prazo, dá para perceber que o Brasil – mesmo com economia menor e mais dependente do comércio exterior – teria mais possibilidades de resistir do que outros países e de ultrapassar a crise. Não por razões macroeconômicas, já que os desequilíbrios neste setor são violentos, mas porque é um dos poucos países que ainda podem enfrentar uma modificação no seu modelo de desenvolvimento de forma incorporadora, mudando o comportamento de submissão ao 'pensamento único' e às práticas neoliberais. As possibilidades de reorientar a alocação de recursos para aproveitar o potencial de crescimento do mercado interno de produtos básicos e de bens e serviços não transacionáveis são reais. Igualmente existem oportunidades de aumentar a eficiência e a divisão de trabalho com os países vizinhos da América do Sul tendo como base o Mercosul. (...) Analistas e economistas brasileiros mais otimistas tem argumentado que a atual crise financeira nos Estados Unidos tende a ter efeitos diretos de pequeno impacto sobre o Brasil (LOPES; PALMEIRA, 2008).

Atualmente o Brasil se encontra debilitado, com pouco folego para crescimento, entrando em crise de vários setores de sua economia. A crise atual no Brasil que teve início em 2008 quando o governo apostou na redução do esforço fiscal e no aumento dos gastos públicos como medida de estímulo. Porém, segundo especialistas, o governo Lula se apoiou no excesso de liquidez internacional e na elevação no preço das commodities, todavia após a crise internacional, o governo Dilma não pode mais contar com essa bonança internacional. Dessa forma, sem mudanças estruturais necessárias, o Brasil ficou mais vulnerável ao ambiente externo. Nesse contexto, o governo passou a adotar uma política anticíclica, que aumentava os gastos para impulsionar a economia. Assim, hoje o desafio do governo é cortar essas despesas. Os especialistas também apontam o controle de preços pelo governo como um dos motivos do desequilíbrio econômico enfrentado pelo país. A elevada taxa de juros, que em 2015 estava em 12,5% ao ano, também é apontada como um dos problemas para a recuperação da economia brasileira pela ausência de crescimento com inflação alta. Ao mesmo tempo, ao tornar o crédito e o investimento mais caros, os juros elevados acabam prejudicando o crescimento da economia. Além disso, o mercado vem perdendo confiança e, com isso, os investimentos são afetados (CURY; CAVALLINI, 2015).

A Índia usou seu orçamento para investir em novos mercados, pois mesmo antes da crise esse país já trilhava nesse caminho, dessa forma, as intervenções fiscais foram mais reduzidas na Índia. Nesse contexto, grande parte do investimento da Índia foi no setor de subsídios alimentares e agrícolas, porém o país ainda ofereceu estímulos quando investiu na infraestrutura e quando deu assistência a sua indústria exportadora (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Na China o investimento foi em infraestrutura rural, aeroportos, ferrovias, etc. O país aumentou o número de fundo de pensões oferecendo subsídios agrícolas e ofereceu moradias de baixo aluguel para seus cidadãos, buscando ampliar a seguridade social para grande parte da população. Além disso, a China também ofereceu concessões tributárias diretas para suas maiores indústrias (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

A Rússia, pela sua grande dependência da exportação de petróleo para os países desenvolvidos, teve que tomar medidas mais severas para a sua recuperação. Inicialmente, o governo russo negava a existência de uma crise no país mesmo quando já era claro que a economia russa havia sido afetada. Além disso, o país aderiu uma postura diferente, concedendo empréstimos com taxas de juros altas, a estratégia foi evitar o pânico em vez de nacionalizar os bancos problemáticos como foi feito em outros países. O governo russo demorou para desvalorizar sua moeda também por medo de gerar pânico gerando gastos enormes em defesa de sua moeda, dessa forma, foi adotada uma política de minidesvalorizações. Entretanto, novas medidas foram tomadas pelo governo de Medvedev no final de 2008 para o combate da crise, a Rússia adotou o regime de política monetária mais liberal e só teve suas exportações recuperadas gradualmente após o aumento do preço do petróleo. Dessa forma, a economia russa recuperou-se lentamente, e a longo prazo havia restabelecido o crescimento econômico e a recuperação das reservas internacionais do país, mesmo que nem todas as reações do governo tenham sido positivas para a população, a Rússia começou a crescer novamente no final de 2010, sendo o país dos BRIC mais atrasado nesse aspecto (MUNIZ, 2011, p. 22-68).

Devido às medidas tomadas pelo governo Medvedev para combater a crise no final de 2008, a economia russa começou a dar sinais de recuperação, havendo o restabelecendo do crescimento econômico e a recuperação das reservas internacionais do país ao longo prazo. Entretanto, nem todas as consequências geradas pela reação do governo foram positivas para a nação. No contexto pós-crise, A Rússia continuou demasiadamente dependente da alta dos preços do petróleo no mercado internacional, revelando a principal fragilidade econômica da Rússia nos anos pós-comunismo. (MUNIZ, 2011, p. 68-69). Além disso, os Estados Unidos lançaram sanções econômicas sobre a Rússia após a intervenção do país na crise da Ucrânia em 2014. As novas sanções afetam as indústrias de petróleo e de defesa, e limitam ainda mais o acesso dos grandes bancos russos aos mercados de ações e dívida dos Estados Unidos. Elas incluem restrições de financiamento para algumas estatais russas e congelamento de bens de dirigentes políticos do país. As sanções significaram uma maior fragilidade na economia russa num período onde sua economia já entra em crise novamente (G1, 2014).

O crescimento econômico da África do Sul foi notável nos últimos anos e o país conseguiu resistir relativamente bem à crise financeira internacional. A dívida externa conseguiu se manter em nível razoável. A inflação continuou alta, porém por causa da situação alimentar no país. Em 2010 o país já apresentou um crescimento do PIB positivo, de -1,8 em 2009 para 2,5 em 2010, demonstrando a capacidade da África do Sul de recuperação como país emergente (BENACHENHOU, 2013, p. 123-124).

Observa-se que o Brasil fez concessão de crédito, aumentou o salário mínimo e transferiu renda direta, a Rússia optou pela saída da crise através da via tributária, enquanto a Índia e a China escolheram sair da mesma pelo gasto público direto no desenvolvimento de infraestrutura. A recuperação global é resultado do aumento substancial do comércio internacional, graças as exportações mundiais e, em grande parte, chinesas que aumentaram após a crise. Enquanto os Estados Unidos só mostraram um PIB positivo no final de 2009, o Brasil já apresentava um PIB positivo no começo de 2009, e Índia e China não mostraram PIB negativos e se mantiveram estáveis durante a crise. É importante ressaltar, também, que enquanto a Índia e a China já voltavam a sua normalidade de crescimento em 2009, o Brasil e a Rússia só fariam isso mais ou menos no terceiro trimestre de 2010. Claro que a recuperação desses países ainda é frágil, mas os BRICS foram exemplos de países que se recuperaram com mais força e facilidade da crise de 2008 (BANERJEE; VASHISTH, 2010, p. 61-79).

Com isso, é possível perceber que os BRICS foram países que apesar de ser afetados pela crise, tinham menos dependência das hegemônias e por isso tiveram menos danos no momento de crise. Além disso, esses países tiveram um menor custo de recuperação da mesma por terem modelos de desenvolvimentos diferenciados.

#### 2.4 Considerações gerais

Dessa forma, é fácil notar que os BRICS representam um papel importante durante a crise, e por serem países emergentes eles demonstraram capacidade de recuperação elevada, de forma heterogênea, mas que mostrou a sua importância no cenário internacional político e econômico.

Pode-se concluir, portanto, que os BRICS demonstram suas forças e fraquezas individuais durante a crise:

O impacto da crise mundial em cada um dos BRICS é, aliás, revelador de suas fraquezas e 'fortalezas' respectivas, num contexto ainda não totalmente restabelecido nas condições anteriores ao seu início, em 2008. A China, tendo colocado em vigor um plano de estímulo de mais de meio bilhão de dólares, parece ter sobrevivido



galhardamente aos desafios de uma crise que, no começo de 2009, havia determinado uma redução de 40% em suas exportações globais; no início de 2010, seu crescimento já havia retomado as taxas habituais das duas últimas décadas. A Rússia, tendo em vista sua dependência dos dois produtos primários de exportação e sua quase total incapacidade de competir na esfera internacional com base em manufaturas inovadoras (à exceção de armas), é a economia que apresenta as maiores debilidades. A Índia, como a China, praticamente não conheceu recessão, mesmo sem dispor, como o novo Império do Meio, de recursos fiscais e de reservas tão vastos. No caso do Brasil, sua pequena exposição internacional constituiu, desta vez, uma virtude temporária, ainda que tampouco lhe tenha garantido a manutenção do crescimento, mesmo se a China continuou a oferecer um vasto mercado para as suas principais exportações. Praticamente absorvida a crise global no primeiro trimestre de 2010, a China parece ter emergido ainda mais poderosa do que antes, tendo conseguido, de certa forma, ‘domar’ a vontade liberalizante dos Estados Unidos no plano das liberdades democráticas e também na questão cambial (BAUMANN, 2010, p. 153).

Porém, a crise representou uma mudança no cenário internacional, sendo para esses países uma oportunidade de união para a reivindicação de seus interesses. Dessa forma, a cooperação dos países BRICS aparece após as suas representatividades individuais depois da crise de 2008 que afetou o mundo inteiro. Dessa cooperação pode se esperar interesses comuns e individuais entre esses países, porém o fator em comum que trouxe esses países emergentes a uma cooperação foi a capacidade de adaptação, mesmo que heterogênea, à crise.

### 3. Os Países do BRICS: Análise Individual e Aproximação

#### 3.1 Brasil

A década de 1990 significou um crescimento baixo das economias latino-americanas, porém o Brasil teve maiores desempenhos econômicos na região. Além disso, comparado ao Chile e ao México, o recuo do crescimento brasileiro em 2009 foi o menor da região latino-americana, com exceção da Argentina, e a recuperação desse país foi substancial. Dessa forma, a economia do Brasil foi apenas parcialmente atingida pela crise por ter uma diversificação geográfica das exportações e por causa do aumento da sua demanda asiática. A agricultura também tem um potencial importante, o regime da indústria e os serviços modernos se aperfeiçoam cada vez mais e o país se mostra como líder político quando se volta na sua influência dentro do MERCOSUL (BENACHENHOU, 2013, p. 81-85). Entretanto, o Brasil apresenta grande desigualdade social e problemas financeiros:

Se a situação externa continua boa, o Brasil passa também por uma degradação dos pagamentos correntes, principalmente devido à exportação de lucros. Contudo, a preocupação essencial permanece sendo o déficit orçamentário, que obriga o Estado a pedir empréstimos, criando grandes distorções no mercado de crédito bancário, pois os títulos públicos constituem parte importante das carteiras dos bancos, em detrimento do financiamento da economia, em particular das PMEs (BENACHENHOU, 2013, p. 82).

Nesse contexto, é importante perceber que, segundo Oliver Stuenkel, os benefícios brasileiros de ser membro do BRICS vêm praticamente sem custos:

A reação neutra do Brasil à crise da Crimeia não era, como alguns analistas haviam sugerido, uma consequência de ser membro do grupo BRICS. Com relação à governança da Internet, a postura do Brasil diverge fortemente dos outros BRICS, mostrando que o Brasil não se sente obrigado a alinhar-se com posições chinesas ou russas, a menos que queira. Finalmente, a adesão do Brasil ao BRICS não afetará negativamente os laços de Brasília com os Estados Unidos ou qualquer outro ator internacional. Muito pelo contrário, os policy makers em Washington, D.C. levarão o Brasil mais a sério. Afinal, muitos nos Estados Unidos acreditam que Xi Jinping tenta transformar o BRICS em uma plataforma para avançar a agenda global da China (STUENKEL, 2015).

A visão brasileira da cooperação BRICS é de que o Brasil tem uma plataforma adicional, mas não exclusiva, para a sua atuação no cenário internacional. A ação BRICS não exclui os interesses com o MERCOSUL ou o diálogo com países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e União Europeia. Além disso, a intenção brasileira em reivindicar o atual sistema internacional junto aos BRICS não é revolucionária, mas visa a modificar pontualmente em

prol da evolução e da inclusão dos países emergentes no mesmo (PIMENTEL, 2013, p. 181-183). Nesse contexto, é perceptível que o Brasil promove a cooperação BRICS porque:

Estabelece-se dessa forma suficiente intimidade para discutirem tanto as ações conjuntas quanto as iniciativas individuais de seus participantes. Cada um dos cinco países tem a sua própria agenda, o que acrescenta dificuldades para que qualquer um deles manipule o BRICS em seu exclusivo benefício. O BRICS convém, portanto, a cada um dos cinco participantes que se alçam a um patamar de maior visibilidade e credenciam-se a defender interesses comuns com uma eficácia que seria mais difícil de conseguir sozinhos. Aumenta a influência de seus membros em processos decisórios e facilita a vocalização de críticas a visão de outros países, principalmente daqueles que detêm as rédeas dos órgãos de governança mundial, haja visto que um objetivo primordial dos BRICS é ampliar a sua participação nos órgãos de governança mundial (PIMENTEL, 2013, p. 182).

De fato, atualmente o Brasil tem tido um menor desempenho econômico, com efeitos negativos para sua economia, sociedade e comércio. Dessa forma, o BRICS representa uma maneira de impulsionar a economia do país e por isso deve se engajar na cooperação. Além disso, a capacidade de recuperação do Brasil pode ser utilizada para voltar a ter crescimentos ideais, então com a situação do mundo e dos países desenvolvidos após a crise, o Brasil recorre aos BRICS que lhe dão mais oportunidade de avançar política e economicamente (SARDENBERG, 2013, p. 508).

Apesar da posição que o Brasil tem no BRICS, o país foi recentemente criticado pelo criador da ideia BRIC, Jim O’Niell, por ter começado bem e passado a desapontar. Segundo O’Niell o país se acomodou com o crescimento fácil da década passada e diz que “se o Brasil não voltar a crescer até 2019, vai deixar de merecer o lugar no grupo dos BRICS”. O problema da Petrobrás e da corrupção no país é mais um fator que prejudicou a economia brasileira, porém o PIB brasileiro vem desacelerando desde 2011 porque os formuladores de políticas permitiram empresas não competitivas no país, dessa forma o país que deveria ter ritmo de crescimento de 5% ao ano não teve nem metade disso. Segundo O’Niell, o Brasil precisa aumentar a eficiência na economia, baixando de forma sustentável a alta taxa de juro e dando mais independência ao Banco Central. Para ele reformas econômicas concebidas como forma de aumentar a produtividade da economia poderão impulsionar um novo ciclo de crescimento no país, para isso seria importante tornar os investidores e os consumidores mais otimistas. Todavia, O’Niell se diz otimista quanto ao crescimento do Brasil e com a recuperação da economia mundial nos próximos anos (JÚNIOR, 2015).

### 3.2 Rússia

Além de compreender o maior território do mundo, a Rússia é considerada um emergente, mas alguns anos atrás ela já foi considerada uma das hegemônias mundiais como União Soviética, dessa forma, além de um crescimento econômico que se manteve satisfatório desde 2006, esse país contém um poderio militar forte por tradição. Porém, é importante ressaltar que a Rússia nunca se considerou um Estado em desenvolvimento por ter se desenvolvido como império europeu por séculos. Entretanto, seu modelo histórico de desenvolvimento se mostrou falho no século XXI, a crise transpareceu que a Rússia ainda é muito sensível às exportações de petróleo e aos desempenhos agrícolas, dado o recuo causado em 2009, se mostrando mais sensível que os outros BRICS (BENACHENHOU, 2013, p. 185-186).

Entretanto, o país se encontra numa crise, a imposição de sanções financeiras sobre suas grandes empresas energéticas provocou a fuga de investimentos, o país também enfrenta altas taxas de juros e a moeda russa em 2014 sofreu a maior queda desde a crise de 98. De fato, boa parte da instabilidade russa tem origem nas sanções impostas pelo Ocidente em consequência do conflito na Ucrânia, dessa forma a queda do rublo causou vários problemas para a economia do país. Além disso, as altas taxas de juros foram uma estratégia do governo de Putin que pouco serviu para baixar a queda no valor da moeda nacional. (VICÉNS; GONZÁLEZ, 2014)

Quanto à integração BRICS, a Rússia tem vários aspectos a serem considerados em relação aos seus objetivos. Dessa forma, percebemos que o interesse da Rússia ultrapassa o viés econômico e se engaja no viés geopolítico:

Se olharmos o BRICS sob um prisma econômico, nesse caso a Rússia seria a primeira candidata a deixar a associação. No entanto, os benefícios geopolíticos da institucionalização dos BRICS podem gerar consideráveis dividendos políticos para a Rússia.... Os líderes russos aparentemente esperam converter sua presença no BRICS em maior peso para si, tanto no G8 quanto no G20. A posição de “mediadora” entre o G8 e o BRICS assumida pela Rússia poderá permitir-lhe permanecer em ambos esses grupos informais e possivelmente utilizar essa situação no diálogo com os países desenvolvidos com o objetivo de transformar as instituições financeiras internacionais para seu maior benefício (LUKYANOV, 2013, p. 538-539).

É importante ressaltar, então, que a Rússia é um recurso essencial para a cooperação BRICS como “mediadora” entre o G8 e o G20 e os BRICS. Sendo um país que já tem certa influência nas instituições financeiras por tradição e por sua cultura de política externa com foco no Ocidente, a Rússia tem papel hipotético de dar voz aos BRICS nessas instituições. Além da força que a união dos BRICS representa nas instituições internacionais, a Índia e, principalmente, a China são de grande interesse da Rússia nessa cooperação. Com sua política

externa focada no Ocidente durante as últimas décadas, atualmente a Rússia utiliza os BRICS como acesso a um novo mercado e novas conexões no Oriente, dado a mudança de polo econômico nos últimos anos do Ocidente para a Ásia (LUKYANOV, 2013, p. 555-560).

### 3.3 Índia

A Índia é uma economia que sofreu grandes modificações durante os últimos 20 anos, sua taxa de crescimento se manteve estável há níveis elevados por muitos anos, como um pequeno recuo durante a crise financeira, porém logo voltando às taxas normais. A agricultura inverteu a importância com o setor de serviços no país, ela representava 58% do PIB na década de 1950, agora é responsável por apenas 18%, e os serviços eram responsáveis por 25%, atualmente somam 52% do total do PIB indiano. De fato, o setor privado teve sua participação na economia muito mais elevada nos últimos anos e desenvolveu rapidamente seus investimentos. A Índia tem 1.2 bilhão de habitantes e a nação se tornou entre os primeiros produtores mundiais de muitos produtos ou matérias agrícolas, como o arroz, as especiarias e o algodão, após a revolução verde no país. Além disso, os emigrantes indianos contribuem com a transformação do país porque transferem mais de 42 bilhões de dólares para a Índia (BENACHENHOU, 2013, p. 78).

De fato, a Índia cresceu bastante e mudou muito ao longo dos anos, porém os desequilíbrios sociais e territoriais ainda permanecem:

Por enquanto, nesse país imenso, mas cuja densidade demográfica é três vezes superior à da China, os problemas não estão resolvidos. Setenta por cento dos indianos vivem ainda com 2 dólares por dia, e estima-se que 20% da população, ou cerca de 240 milhões de pessoas, esteja ainda subnutrida. As desigualdades territoriais de emprego e renda, e de desenvolvimento humano continuam grandes. Frequentemente são feitas comparações entre Kerala e Bihar; de maneira geral, o sul prospera e o norte ainda é subdesenvolvido (BENACHENHOU, 2013, p. 78).

Nesse contexto, é importante ressaltar, também, que a Índia representa um emergente ainda subdesenvolvido e uma hegemonia regional econômica no continente asiático. A Índia tem papel muito importante nos negócios entre os BRICS pelo seu fator econômico relevante, mas carece na colaboração na reforma do Conselho de Segurança, pela falta de representatividade dela no mesmo.

Na visão indiana, o BRICS representa uma cooperação e colaboração entre países em desenvolvimento em prol da solução de problemas mais do que uma agregação de poder ou a formação de uma nova ordem mundial. Os interesses deles são mais econômicos, a cooperação para o estímulo à transferência de tecnologias é um exemplo. A Índia tem interesse em

cooperação na eficiência energética e no desenvolvimento de energias limpas. Além disso, o BRICS significa o uso da influência desses países para tratar das deficiências na governança global, ou seja, das instituições globais de governança política e economia. Dessa forma, os BRICS usariam essa união para interesses comuns relacionados à mudança de alguns sistemas dominados pelos Estados desenvolvidos, porém ao mesmo tempo a Índia entende que há interesses opostos entre os BRICS em relação à agregação de poder além das reivindicações nas instituições internacionais (SAHNI, 2013, p. 570-577).

### 3.4 China

Nos últimos anos a China cresceu economicamente a ponto de se tornar uma potência mundial, se mantendo presente em todos os mercados internacionais e acumulando excedentes comerciais consideráveis que lhe outorgam poder financeiro global. Todo esse crescimento chinês foi devido às reformas ocorridas no país em 1980, então, nos últimos 30 anos a China se tornou a segunda potência econômica mundial em 2010, dessa forma, esse país atingiu nos últimos 10 anos o que países desenvolvidos levaram décadas ou até séculos. Esse avanço econômico vem seguido de investimentos externos nos setores de energia e produtos de base, além da grande participação de empresas chinesas nos mercados de telecomunicação no mundo. Há quem argumente que a China, hoje, molda o mundo:

Os investimentos Chineses se tornam significativos em todos os continentes. A China aumenta e diversifica suas aplicações financeiras, principalmente em termos de compra de dívidas soberanas na Europa, às quais esse país presta especialmente atenção, como se deve prestar atenção a um bom cliente. Essa nação asiática tem 7% da dívida pública norte-americana, equivalente a 800 bilhões de dólares, e cada vez maior parcela da dívida europeia, atualmente 8%. É maior poupador do mundo, mas também o maior prestador. A China dá conselhos públicos sobre a gestão das finanças norte-americanas a fim de proteger suas reservas em dólar. Os Tesouros europeus, clientes novos atraídos pelo baixo nível das taxas de juros, colocam títulos em instituições chinesas muito próximas ao governo (BENACHENHOU, 2013, p. 17-18).

Nessa perspectiva, percebe-se o poder econômico inegável que a China se apropriou nos últimos anos, nesse contexto há grande influência em assuntos econômicos de outros países e em suas finanças. Além disso, quando comparada a outros países, a China teve um recuo do crescimento econômico pequeno em 2009, em consequência da crise financeira internacional. Dessa forma, a China se torna o principal ator na cooperação BRICS, por esse país ter grande importância individual no mundo e dentre os países desse grupo. Se observarmos o comércio

intra-BRICS, único país com presença significativa como parceiro comercial de todos os BRICS é a China.

Todavia, mesmo com uma importância maior no cenário internacional atual do que os outros BRICS, a China assume uma posição muito positiva aos outros países emergentes. Para a China, associar-se com esses outros emergentes significa aumentar sua voz e poder de negociação com as potências vigentes e exigir reformas nas instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Além disso, devido ao recuo do crescimento da economia internacional, os BRICS representam para a China uma capacidade de aprofundar o comércio para a construção de uma economia mundial mais lucrativa (NIU, 2013).

Todavia, para a ascensão da China como potência mundial é importante que haja uma boa relação com as hegemônias regionais no mundo, dessa forma, a China tem interesses individuais em cada um dos BRICS:

Nesse sentido, a Rússia é uma parceira-chave para a China na organização para cooperação de Xangai; a Índia permanece uma influência dominante no Sul da Ásia, o Brasil aceita o envolvimento da China na maior parte das organizações regionais; e o convite chinês à inclusão da África do Sul nos BRICS foi amplamente visto como um reflexo dos interesses do país no continente africano. Assim, é indispensável que a China se coordene e coopere com potências emergentes para preservar seus interesses nessas regiões (NIU, 2013).

Dessa forma, a estratégia internacional chinesa ao se associar com os BRICS é virar uma potência econômica mundial com durabilidade e sustentabilidade, a China prefere ascender cooperando com outros países emergentes relevantes com aprendizado mútuo e ação coletiva, portanto que façam parte dos seus interesses. Apesar das diferenças de poder, de cultura, de regimes políticos, ela acredita numa junção em prol de interesses comuns com os outros BRICS (NIU, 2013).

Entretanto, é importante ressaltar que dados econômicos recentes parecem distanciar cada vez mais a China do restante dos BRICS. Se durante os anos da década passada parecia que os mercados emergentes teriam capacidade de acompanhar, ainda que discretamente, o ritmo acelerado do crescimento chinês dos últimos 30 anos, novos indícios apontam para um maior distanciamento entre os resultados econômicos da China e de seus parceiros do BRICS. Dessa forma, é possível imaginar que a capacidade de colaboração econômica chinesa venha a ser maior do que a dos outros membros, trazendo uma demanda por maior influência sobre a arquitetura institucional (JÚNIOR; FIGUEIRA, 2014, p. 57).

Entretanto a China, hoje, tem que lidar com uma desaceleração do seu crescimento, causada pelas ações tomadas por esse país durante a crise de 2008. Nesse período as economias centrais entraram em crise, reduzindo suas compras de produtos chineses. Com o intuito de

manter o ritmo de expansão da sua economia, o governo chinês manteve as elevadas taxas de investimentos, mas gerou um grave desequilíbrio, dessa forma, atualmente os chineses contam com um parque industrial acima da demanda mundial existente e com uma infraestrutura maior do que ela precisa para hoje e para os próximos anos:

Este desequilíbrio tem causado uma série de problemas a que todos devem permanecer atentos: • Deflação nos preços ao atacado: como há um excesso de oferta na China, os preços ao atacado têm caído há mais de 41 meses, reduzindo a rentabilidade de parte significativa desses investimentos; • Aumento do risco de crédito e de turbulências bancárias: uma vez que os investimentos têm apresentado rentabilidade declinante, (i) menor é a viabilidade de novos projetos, o que faz a economia chinesa desacelerar, e (ii) maior a probabilidade dos financiamentos tomados não serem integralmente pagos. Essa notícia só traz mais incerteza sobre a situação dos bancos locais. Uma vez que os investimentos não têm mais apresentado a capacidade de puxar o crescimento econômico, as autoridades chinesas têm realizado um grande esforço para transferir para o consumo das famílias esse papel de locomotiva da economia. Para isso, diversas políticas visando aquecer o mercado interno têm sido adotadas. Infelizmente, os resultados ainda não têm sido satisfatórios – e esse é o fio condutor que explica as notícias de agosto. (SERIGATI; POSSAMAI, 2015, p. 18-19)

Todavia, esses fatores não indicam que a China se encontra em estado de crise no momento, apenas que o crescimento que o país mantinha foi reduzido devido a esses fatores. Apesar das flutuações de curto prazo, o ponto mais importante para saber para onde irá a economia chinesa será se ela conseguirá aquecer seu mercado interno, e conseqüentemente o resto do mundo. Ainda não há uma crise na economia chinesa (SERIGATI; POSSAMAI, 2015, p. 18). Por outro lado, a descarecerão do país pode significar um dano internacional maior do que interno, por exemplo, o Brasil já sente as conseqüências da interdependência do país com a China:

A mudança do modelo de crescimento econômico chinês impacta a economia brasileira diretamente. A China é, de longe, o principal destino final das nossas exportações de *commodities* agrícolas e minerais. Para se ter uma ideia dessa importância, em 2013, os chineses sozinhos compraram 49% das exportações brasileiras de produtos agrícolas e 47% das exportações brasileiras de produtos minerais. Apesar destes números serem muito semelhantes, a mudança do modelo de crescimento chinês irá impactar os mercados das *commodities* agrícolas e minerais de maneira distinta. Por um lado, a tendência é de que as importações chinesas de minérios retraiam-se, já que eles são as principais matérias-primas dos investimentos em formação bruta de capital fixo. Por outro lado, o gigante asiático deve manter o ritmo de aquisição de alimentos, dado que a estratégia, agora, é fortalecer ainda mais o seu mercado consumidor. (SERIGATI; POSSAMAI, 2014, p. 14)

Dessa forma, entende-se que o fenômeno de desaceleração da economia chinesa afeta a economia brasileira, devido a interdependência entre essas economias. O Brasil por depender mais do mercado chinês pode se debilitar com a situação atual da China.



### 3.5 África do Sul

A África do Sul é um emergente baseado na concentração de poder econômico, dessa forma, a distribuição de renda é feita de forma desigual e o seu mercado interno é limitado, devido a política do apartheid que deixou um legado de desigualdade no país. O país é detentor de recursos naturais abundantes, com foco em suas minas, uma estrutura econômica crescente e nível tecnológico notável em comparação aos outros países do continente africano, entretanto, tem a dificuldade de conciliar o seu grande crescimento econômico com a integração social. O crescimento e os desempenhos tecnológicos da África do Sul são altos, hoje, porém a situação social do país ainda é preocupante, mesmo após o término do *apartheid* em 1994.

A entrada da África do Sul na cooperação BRIC foi muito criticada, muitos disseram que esse país não tinha a mesma capacidade econômica que os outros quatro que compunham o BRIC. Até o representante do Goldman Sachs, Jim O'Neill, disse que a África do Sul “*não está nem perto de ser um BRIC*” (ELBAGIR, 2011). Dessa forma, é importante entender porque a entrada desse país foi importante para os BRICS porque:

Efetivamente, a inclusão da África do Sul no clube consolidou a transição do acrônimo BRICS de instrumento de marketing financeiro a instrumento político. A África do Sul não possui atributos econômicos similares aos dos demais países do BRIC, mas conseguiu firmar-se como interlocutor representativo do mundo em desenvolvimento africano com base em sistema político estável e economia de mercado bem estruturada. O BRIC não foi o primeiro a ver no país africano um candidato a ter uma participação importante nos processos decisórios internacionais. Com efeito, a África do Sul foi incluída no exercício do G8+5, do G20 e do *enhanced engagement* da OCDE. É legitimidade pela representação e não pelos recursos que trazem esse país africano aos círculos decisórios (COZENDEY, 2013, p. 167).

Nessa perspectiva, a importância da África do Sul é sua representatividade política no cenário internacional. De fato, a África do Sul representa uma hegemonia regional no continente africano, que dá mais poder à cooperação BRIC ao se tornar BRICS. Mesmo sendo economicamente inferior aos outros BRICS, o Estado africano tem grande influência e importância relevante para esses países emergentes.

Dado o grande problema de pobreza, insegurança alimentar, pouca infraestrutura e falta de capacidade produtiva e de transferência de tecnologia na África do Sul, ela entra no BRICS com interesses de uma maior cooperação Sul-Sul entre esses países em desenvolvimento, para melhor a situação econômica e social do país. Além disso, a cooperativa BRICS representa um maior poder de barganha para a África do Sul em negociações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) por exemplo (FUNDIRA, 2012).

### 3.6 Aproximação dos BRICS: cúpulas e cooperações

Na década de 90 o Brasil já prospectava a China, a Rússia, a Índia e também a África do Sul, no plano de suas relações bilaterais. Entretanto, ainda não se imaginava, nessa época, a formação dos BRICS e muito menos se tinha noção dessa sigla que só foi criada uma década depois. Mas esses países já tinham noção do crescimento que eles representavam individualmente e já se interessavam em ter uma maior relação entre si. Ainda na década de 90, alguns autores discutiram sobre a importância desses países, como Georfe Kennan e Roberto Macedo se referindo a eles como “monsters countries” e “países baleia”, respectivamente. Entretanto, na época, eles ainda estavam passando pelos seus problemas individuais e não tinham a força que tem hoje. Além disso, os países desenvolvidos (EUA, Japão, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido e Itália) ainda eram fortes no núcleo econômico internacional (REIS, 2013, p. 52-53).

Todavia, os tempos mudaram, o século XXI representou uma mudança no cenário político e econômico para esses países. O Brasil conseguiu a posição de sexta maior economia do planeta em 2011; a Rússia também recuperou credibilidade e estabilidade subindo ao posto de décima primeira economia mundial; a Índia, em 2011, cresceu consideravelmente se tornando a nona; a China se tornou a segunda do mundo e a maior exportadora global já em 2011; e a África do Sul se fortaleceu após o fim do apartheid. Nessa perspectiva, os BRICS cresceram e mostraram sua importância no cenário internacional como países emergentes de potencial impressionante (REIS, 2013, p. 53).

Dessa forma, a importância desses países, os efeitos da crise e a disseminação do termo BRICs se fez importante para que eles se encontrassem e se unissem por motivos comuns. A primeira reunião de chanceleres oficial foi marcada em maio de 2008, onde os BRIC deixaram de ser uma sigla e se caracterizaram como entidade político-diplomática. Em julho de 2008 houve o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICS de maneira informal. Então, desde 2009 os BRICS vêm se reunindo anualmente na forma de encontros de cúpula (REIS, 2013, p. 57-58).

A Primeira Cúpula oficial dos BRICS aconteceu em Ecatimburgo em julho de 2009, após o primeiro impacto da crise de 2008. Dessa forma, os temas econômicos foram mais enfatizados querendo lidar com a crise financeira a partir do G20. Nesse contexto, quando a cúpula do G20 aconteceu, meses depois em Pittsburgh, os BRICS tiveram grande participação em decisões que beneficiaram esses países emergentes. De fato, os países do G20 se comprometeram a avançar na reforma das instituições financeiras internacionais, perceber que

os emergentes deveriam ter mais voz e representação naquelas instituições, trazendo mais visibilidade à coordenação BRICS decorrido dos resultados alcançados como a reforma das quotas no FMI e no Banco Mundial, que trouxe benefícios não só para os BRICS, mas também para outros países em desenvolvimento. Mas, nessa época, os BRICs ainda não tinham uma certeza de continuidade e da importância de uma cooperação entre eles (REIS, 2013, p. 59-60).

A certeza chega quando o Brasil se oferece para sediar a Segunda Cúpula, em Brasília, no dia 15 de abril de 2010. Dessa vez o encontro teve um cunho mais político, onde os Chefes de Estado e de Governo aprofundaram na necessidade de reformas ambiciosas das instituições de Bretton Woods e na confirmação do G20 como principal foro de coordenação e cooperação econômica internacional. Além disso, houve uma ênfase em cooperação e realização de eventos entre e para os BRICS:

A grande novidade dessa Cúpula, no entanto, foi o crescimento exponencial, em 2010, das iniciativas de cooperação intra-BRICS, com a realização, entre outros eventos, da Primeira Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU (Nova York, 22 de Fevereiro), que resultou na publicação de duas obras com estatísticas conjuntas dos países BRIC; o 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC (Brasília, 1 a 12 de março); 1º Encontro de Ministros da Agricultura BRIC (Moscou, 26 de março); o Encontro de Presidentes de Desenvolvimentos do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril), que resultou na assinatura de Memorando de Entendimento entre os referidos bancos; o 1º seminário de Think Tanks do BRICS (Brasília, 14 e 15 de abril); o Encontro de Cooperativas do BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril); e a Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril), sendo que o primeiro evento havia sido realizado em 2009 (REIS, 2013, p. 61).

Essas novas atividades entre os BRICS significou uma maior cooperação entre eles e mais encontros fora do sistema de cúpula a cúpula, dessa forma, proporcionou uma maior participação em outros setores entre esses países.

A Terceira Cúpula foi realizada em Sanya, na China, em abril de 2011, e teve como fator marcante a entrada oficial da África do Sul na cooperação BRICS, a qual teve grande apoio do Brasil. O ingresso da África do Sul aumentou a representatividade desses países, agora os BRICS eram um foro político-diplomático com representantes em quatro continentes, o que dava um alcance maior para esses países. Essa terceira reunião teve avançou nos seus focos de atuação: a coordenação em foros multilaterais sobre temas de interesse comum e a construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS. A cooperação entre esses países, então, cresceu na cooperação setorial em áreas de agricultura, estatística e de bancos de desenvolvimento, além disso, foram criadas novas vertentes de atuação em tecnologia e saúde (REIS, 2013, p. 62-63).

Em março de 2012 os encontros dos BRICS continuaram com a Quarta Cúpula, dessa vez em Nova Déli, na Índia. Nesse contexto, o tema principal foi a segurança internacional,

focando em assuntos como a economia global, terrorismo e segurança energética. Além disso, a Índia sugeriu a criação de um Banco de Desenvolvimento, que gerou várias discussões sobre o assunto, naquela cúpula nada foi definido, mas era possível perceber que o Banco era de interesse de todos os cinco os BRICS. Foi discutido nessa reunião a importância da presença de países em desenvolvimento na governança de instituições para dar mais voz a eles, dessa forma, todos concordaram e agiram para que a votação para presidente do FMI e do Banco Mundial fosse um processo mais aberto e por mérito. Houve também uma preocupação sobre a crise na Europa e o intuito de prevenção de seu agravamento o que atinge até os próprios BRICS. Nessa perspectiva, foram definidas novas áreas de cooperação a serem exploradas: a cooperação multilateral em energia no âmbito do BRICS; a avaliação acadêmica geral sobre a futura estratégia de longo termo para o BRICS; o diálogo do BRICS sobre políticas para a juventude; e cooperação sobre temas relacionados à população.

A Quinta Cúpula dos BRICS aconteceu em Durban, na África do Sul, em março de 2013. Nesse encontro os Chefes de Estado voltaram a discutir a importância de um Banco de Desenvolvimento e os seus retornos, visto que ele demandaria um investimento de 100 bilhões de dólares a primeira instância. Além disso, esse encontro teve como tema "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização", ou seja, houve uma discussão maior sobre a importância da África em relação aos outros BRICS em relação à infraestrutura. Por fim, o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, resumiu que uma maior cooperação entre os BRICS e a África do Sul poderia representar grandes avanços para esse país:

BRICS oferecem uma oportunidade para a África do Sul promover a sua competitividade. É uma oportunidade para avançar em nossos esforços para promover o crescimento econômico e enfrentar o desafio de pobreza, desigualdade e desemprego que aflige nosso país (COHEN; ARKHIPOV, 2013).

Em julho 2014 o Brasil sediou novamente o encontro dos BRICS, em Fortaleza onde aconteceu a Sexta Cúpula. Essa reunião foi marcada pela criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS com investimento de 100 bilhões de dólares que havia sido discutida nas últimas cúpulas, a criação do Arranjo Contingente de Reservas em caso de retaliação do FMI contra o Banco dos Brics de 50 bilhões, e um fundo de moeda de reserva com mais 100 bilhões, marcando a uma cooperação mais institucionalizada entre as economias BRICS. O grupo decidiu que a sede do Banco dos BRICS seria em Xangai, na China, o primeiro presidente seria indiano (com um mandato de 5 anos e a presidência seria rotativa com os países do bloco), o primeiro escritório regional foi na África do Sul, o primeiro diretor da equipe de governadores é da Rússia e o primeiro líder da equipe de diretores é do Brasil.

A Sétima Cúpula dos BRICS aconteceu em junho de 2015, na cidade de Ufa, na Rússia. A agenda principal da cúpula mais recente foi a pirataria marítima, o tráfico internacional de drogas, crimes transnacionais, uso do espaço exterior, combate ao vírus da ebola e epidemias. Também voltam a comentar sobre a importância de reformas no FMI que já foram cobradas dos EUA e é um dos pontos mais importantes para esses países. A desaceleração da economia chinesa e a crise no Brasil também foram assuntos comentados sobre os seus respectivos Chefes de Estado. Dessa forma, essa cúpula definiu uma cooperação para o incentivo ao comércio intra-BRICS com uso de moedas nacionais.

Observa-se, portanto, que os BRICS começaram a se integrar por causa da Crise financeira de 2008, e começaram a aprofundar sua cooperação a cada cúpula. Atualmente os BRICS já tem um cunho diplomático muito forte, com ênfase em dar força as economias em desenvolvimento, ou seja, a si mesmos. A criação de uma instituição dos BRICS mostra uma força política e econômica entre eles que de certa forma desafia os poderes hegemônicos dos Estados Unidos no FMI e no Banco Mundial.

### 3.7 O Banco de Desenvolvimento dos BRICS

Como pode ser observado, o Banco dos BRICS foi um assunto discutido ao decorrer de alguns anos, e só foi implementado oficialmente em 2014 após a Sexta Cúpula dos BRICS, em Fortaleza. Dessa forma, é possível observar que o cunho não hegemônico de algum país nessa instituição, a rotatividade entre a presidência do banco entre nacionais dos BRICS e a divisão de cargos e escritórios entre eles demonstram que esses países seguiram os ideais que eles tanto lutaram no FMI e no Banco Mundial, ou seja, a representatividade dos países em desenvolvimento.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, também comentou sobre a importância dessa alternativa ao FMI e ao Banco Mundial:

No caso dos BRICS, vemos todo um conjunto de interesses estratégicos coincidentes. Em primeiro lugar, esta é a intenção comum de reformar o sistema monetário e financeiro internacional. Na forma atual, é injusto para os países BRICS e às novas economias em geral. Devemos ter um papel mais ativo no FMI e no sistema de tomada de decisões do Banco Mundial. O próprio sistema monetário internacional depende muito do dólar dos Estados Unidos, ou, para ser mais preciso, da política monetária e financeira das autoridades norte-americanas. Os países do BRICS querem mudar isso (KLIMENTYEV, 2014).

A proposta da criação desse Banco é clara, a instituição financeira terá seus empréstimos direcionados a países em desenvolvimento com o objetivo de acelerar o crescimento, reduzir a

pobreza, e auxiliar em situações de instabilidade financeira para a implementação de políticas de recuperação e retomada do investimento. Além disso, o Banco de Desenvolvimento propõe realizar créditos concedidos nas próprias moedas do BRICS, trazendo mais vigor às economias deles, estimulando empresas locais e reservas nacionais, assim como a redução da dependência do dólar americano (JÚNIOR; FIGUEIRA; 2014, p. 56).

Entretanto, com o crescimento avançado da China nos últimos anos, e o distanciamento dessa economia com as do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o Banco dos BRICS pode servir como plataforma de interesses desse país:

Dois desdobramentos possíveis se desenham a partir desta constatação: um primeiro, no qual a China, valendo-se de sua maior capacidade de contribuição financeira e exigindo o princípio da proporcionalidade nas decisões, conduziria as ações do banco, restringindo-as a atividades que viabilizassem seus interesses particulares de crescimento e desenvolvimento interno, promovendo a constituição de uma cadeia comercial intra-BRICS voltada ao provimento das necessidades chinesas, o que dificultaria a constituição de um agrupamento sólido politicamente e competitivo economicamente em âmbito mundial; ou um segundo, no qual a correlação interna de forças tomasse o rumo de estruturar redes de investimento, produção e comércio articuladas e complementares dentro dos BRICS, bem como uma cadeia produtiva complexa e não especializada, viabilizando um novo bloco político-econômico de amplitude global, capaz de se apresentar como alternativa à estrutura vigente (JÚNIOR; FIGUEIRA; 2014, p. 57).

Mais plausível, então, está a segunda hipótese no contexto da negociação entre o BRICS para a articulação do banco devido aos próprios ideais e interesses da cooperação e, conseqüentemente, a criação do banco. De fato, as discussões na formatação do Banco de Desenvolvimento foram em prol de uma instituição que funcionaria como elemento aglutinador e não maximizador de poder para qualquer um dos seus componentes. Além disso, a desconfiança dos demais sobre a ascensão da China em relação aos demais BRICS, provoca à aproximação e convergência dela com os interesses dos países emergentes em sua política de inserção internacional, dessa forma respeitando e considerando as necessidades dos seus parceiros nessa cooperação (JÚNIOR; FIGUEIRA; 2014, p. 59).

Nesse contexto, a criação do Banco dos BRICS significa uma maior cooperação Sul-Sul, mas também significa a formalização da intenção de propor medidas práticas efetivas. Dessa forma, o Banco de Desenvolvimento dá uma maior força a esses países e a sua cooperação para exigir mudanças na governança das instituições como FMI e Banco Mundial (JÚNIOR; FIGUEIRA; 2014, p. 59).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação BRICS é um ator relativamente novo nas relações internacionais que combina países emergentes de extrema importância para a economia mundial. Uma vez que esses países começam a se relacionar diplomaticamente após a crise de 2008 o BRICS deixa de ser apenas uma sigla feita pelo Goldman Sachs para atrair investimentos e se torna uma cooperação com potencial de moldar as relações internacionais, ou pelo menos com pretensão a tal ato.

Feita uma análise da crise internacional de 2008 em relação aos países desenvolvidos e aos países emergentes é inegável que todos esses países foram, de uma forma ou de outra, atingidos pelos efeitos dela. Entretanto, houve uma diferenciação grande em relação a como esses países foram atingidos, dessa forma os BRICS se mostraram mais eficazes economicamente, por exemplo China e Índia atravessaram o período relativamente bem, enquanto a União Europeia entrou na Crise do Euro. É claro que os BRICS foram atingidos de forma distinta e alguns países sofreram recuos maiores do que outros, como demonstrado, mas é importante entender que a importância desses países se mostrou pela resistência de suas economias diante de uma recessão tão forte. Nesse contexto, a crise foi um mal que, apesar dos impactos negativos deixou aspectos políticos positivos para os BRICS. Houve recuo da economia desses países sim, mas poucos anos depois o mundo os observava com um olhar diferente, agora os países do BRICS se demonstravam como atores importantes por sua capacidade de adaptação naquele momento.

Visto a mudança de polo econômico e a notória importância dos países componentes do BRICS no cenário econômico mundial, é necessária a análise da importância desses países para o futuro da governança internacional. De fato, após a crise a hegemonia americana e, principalmente, a hegemonia europeia se mostram decadentes no cenário internacional, não apenas economicamente, mas politicamente. Assim, os BRICS entram em conjunto para reivindicar sua importância política nas instituições internacionais que são governadas pelos países ocidentais em decadência. Há um interesse comum entre a cooperação BRICS de pedir, através de ação conjunta, uma maior representatividade para os países emergentes, fazendo assim que o polo político internacional seja compatível com o polo econômico. Os BRICS exigem, assim, uma decisão mais democrática e por mérito para representantes de instituições, além de posições de importância em organizações políticas onde lhe faltam representatividade.

É importante ressaltar, ainda, que a importância do alcance dos objetivos dos BRICS tem um significado para a nova governança mundial. A demanda por uma “ordem global

multipolar equitativa democrática” em encontro a atual ordem global ocidentalizada não exclui as atuais hegemonias. O BRICS não tem interesse em tomar o poder, mas de compartilhá-lo, por isso é importante entender nas teorias do “*great-power concert*”, que os BRICS seriam auxiliares numa governança multipolar e pacífica, uma vez que eles tenham representatividade política. Assim, a ação BRICS procura combinar o modelo econômico atual com a governança política em instituições para o gradual desenvolvimento do sistema multipolar.

A cooperação BRICS para o Brasil pode significar muito, além dos interesses comuns na questão de representatividade, o país precisa intensificar seu comércio com países que procurem produtos mais valorizados como é o caso de alguns BRICS, uma vez que o comércio do país seria mais lucrativo do que vendendo matérias primas para países desenvolvidos e comprar produtos com valor agrado, desse modo, o Brasil deveria estar comercializando seus próprios produtos já industrializados para países emergentes que os demandam. Porém, o Brasil não pode deixar que a recente crise econômica e política paralise as motivações quanto a cooperação, o país precisa ganhar confiança dos investidores e tomar medidas para o voltar ao crescimento que lhe botou na posição de emergente do BRICS.

Para a Rússia, os BRICS representam uma mudança na cultura de sua política externa ocidentalizada para se adequar ao novo modelo econômico internacional, nessa perspectiva, depois de se mostrar mais sensível a crise, uma maior integração com países emergentes significaria menor vulnerabilidade a mesma. Além disso, esse país também precisa se recuperar das recentes sanções sofridas, o país precisa também precisa impulsionar sua economia a caminho do crescimento e procurar mudar sua imagem com a comunidade internacional.

O BRICS para a Índia é um “bom negócio”, ou seja, é um meio de expandir seu comércio crescente junto com a força para reivindicar sua representatividade política internacional. Os outros países do BRICS podem representar uma cooperação para solução de problemas internos do país, como desigualdade, transmissão de tecnologias e no desenvolvimento de energias limpas. Como a Índia é um dos poucos países que ainda cresce mesmo após a crise recente, isso lhe dá um papel promissor para posições futuras.

A China gera grandes controvérsias por ser o país mais importante em questão de poder econômico e político dentro do grupo. Entretanto, os membros do BRICS são importantes econômica e diplomaticamente para a China. Antes de tudo, é importante manter uma boa relação com os emergentes enquanto esse país cresce a ponto de potência, além disso, é importante o aumento do comércio entre esses países para o aumento de lucros e incentivo a sua economia, dado os efeitos da crise nesse país e nos BRICS. Ou seja, uma boa relação com os BRICS significa um crescimento econômico e político desejável para a China. Com a recente



desaceleração do crescimento desse país, se torna um país rico como qualquer outro precisando cada vez mais entrar nas plataformas de decisão econômica internacional e de parceiros que lhe ajudem a chegar a essa posição.

A África do Sul é o país com a economia menos significativa dentre os outros BRICS, porém significa um salto importante na representatividade da cooperação. Dessa forma, devido a desigualdade interna no país, a cooperação BRICS pode significar uma integração que além de estimular sua economia pode tratar diretamente de assuntos como a desigualdade e o desemprego que são problemas já enfrentados por outros países do BRICS.

Além disso, a cooperação BRICS tende a se transbordar para outras esferas, ou seja, há gradualmente um maior comércio bilateral entre esses países, o incentivo à cooperação para solução de problemas mútuos e ao estímulo à transferência de tecnologias. Entretanto, com tantas possibilidades também há vários desafios para o BRICS. O ponto principal que seria reivindicar o papel político internacional desses países no sistema atual as vezes entra em conflito quando deparado em certas situações citadas. Dessa maneira, para que a cooperação BRICS cresça com mais força é preciso um maior entendimento de seus interesses comuns e uma maior posição conjunta em fóruns internacionais para o alcance de seus objetivos.

Voltando ao questionamento sobre o efeito da crise financeira internacional de 2008 para a relevância dos BRICS e o que essa cooperação de países emergentes representa para o cenário internacional, conclui-se que essa relevância da cooperação BRICS vem pela importância individual de cada país e pelos interesses que esses países mostram em conjunto. A crise de 2008 mudou a visão do mundo quanto a esses países além de unir a força de quatro (e logo depois, cinco) países que tinham um novo modelo econômico com capacidade de recuperação elevada quanto a crise. Entretanto, a cooperação BRICS representa mais do que a união de países emergentes após a crise, ela se mostra como uma nova vertente de países que buscam a representatividade política internacional nas instituições ocidentalizadas pelas hegemonias, representando a democratização das mesmas. Ou seja, a cooperação BRICS é um meio que esses países encontraram para mudar a forma de governança mundial que está desatualizada com a economia internacional. O BRICS como ator das relações internacionais remete diretamente à importância econômica desses países para a economia mundial e significa uma maior desconcentração de poder entre os países no mundo. Se os BRICS conseguirem a representatividade que almejam e continuarem crescendo economicamente eles representarão uma nova ordem internacional multipolar regida por novos e velhos atores.

**Referências Bibliográficas:**

BANERJEE, Ritwik; VASHISTH, Pankaj. **A Crise Financeira: IMPACTO SOBRE O BRIC E AS POLÍTICAS DE RESPOSTA**. Brasília: Revista Tempo do Mundo, 2010.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e os demais BRICs comércio e política**. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países Emergentes**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira de 2008**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), 2009.

CARVALHO, David Ferreira. **A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

COHEN, Mike; ARKHIPOV, Ilya. **BRICS Nations Plan New Bank to Bypass World Bank, IMF**. New York: BloombergBusiness. 2013.

COZENDEY, Carlos Márcio. **BRIC a BRICS: em um mundo em transição**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

CURY, Anay; CAVALLINI, Marta. **Conheça cinco causas do ‘folego curto’ da economia brasileira**. São Paulo: G1. 28 de Mar. 2015. Disponível em <  
<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/conheca-cinco-causas-do-folego-curto-da-economia-brasileira.html> > Acessado em 28 de abr, 2016.

ELBAGIR, Nima. **South Africa an economic powerhouse? ‘nowhere near’, says Goldman exec**. Londres: CNN, 2011.

FILHO, Mário Ronco. **A Crise mundial prevista por Jucelino Luz de 2006 a 2014 continua e poderá agigantar-se nos EUA, Europa, América (Norte, Central e do Sul) e Ásia.** São Paulo: Revista IstoÉ, nº 120, 2011.

FONSECA, Gelson; **Brics: notas e questões.** In: PIMENTEL, José Vicente de Sá, **Op Cit**, 2013.

FUNDIRA, Taku. **Um olhar sobre o engajamento da África com os BRICS.** Pontes: International Centre for Trade and Sustainable Development, Volume 8 – number 6, 2012.

G1. **EUA ampliam sanções contra a Rússia após crise na Ucrânia.** São Paulo: G1. 2014. Disponível em < <http://glo.bo/1sAONou> >. Acesso em 30 abr, 2016.

GALHARDO, Ricardo. **Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'.** Rio de Janeiro: O Globo. 2008. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410> >. Acesso em 11 abr, 2016.

GOPINATH, Gita; ITSKHOKI, Oleg; NEIMAN, Brent. **Trade Prices and the Global Trade Collapse of 2008-2009.** Cambridge: National Bureau of Economic Research, NBER, Working Papers No. 175, 2009.

GURIEV, SERGEI and ZHURARAVSKAYA, **“(Un) Happiness in Transition,”** Journal of Economic Perspectives 23, no. 2. 2009.

HERMANN, Jennifer. **Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso.** São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), 2009.

HURRELL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?** In: HURRELL, Andrew; LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica; MACFARLANE, Neil; NARLIKAR, Amrita; FOOT, Rosemary. **Os Brics e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

JÚNIOR, Hermes Moreira; FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional**. Brasília: Boletim Meridiano 47. Vol. 15, n 142, 2014.

JÚNIOR, Humberto Maia. **Brasil deve abandonar a preguiça e crescer, diz Jim O'Neill**. São Paulo: Exame. 2015. Disponível em < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1083/noticias/e-hora-de-deixar-a-preguica> >. Acessado em 24 maio, 2016.

KLIMENTYEV, Michael. **Putin: No plans for BRICS military, political alliance**. Moscow: RT Russian politics. 2014. Disponível em < <https://www.rt.com/politics/official-word/172768-putin-brics-economies-alliance/> >. Acessado em 11 abr, 2016.

LEGRO, Jeffrey W.. **O que a China vai querer? As futuras intenções de um potencia em ascensão**. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani. **O que a China quer?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LOPES, Rafael Souza; PALMEIRA, Eduardo Mauch: **A crise financeira mundial: impactos sobre o Brasil**, Porto Alegre: Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 105, 2008

LUKYANOV, Fyodor. **Ideologia e Potencialidades**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá, **Op Cit**, 2013.

MORI, Rogério; HOLLAND, Márcio. **Respostas à crise financeira de 2008 de uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MRE, **Informações sobre os BRICS**. Disponível em < [http://brics.itamaraty.gov.br/pt\\_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics](http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics) >. Acesso em 20 Abr, 2016.

MUNIZ, Leandro da Silva, **A CRISE ECONÔMICA DE 2008 E A RÚSSIA: CONSEQUÊNCIAS E FRAGILIDADES DA ECONOMIA RUSSA**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

NIU, Haibin; **A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS**. Rio de Janeiro: Contexto int. vol.35 no.1, 2013.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O'NEILL, Jim. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Londres: Global Economics Paper No: 99; Goldman Sachs, 2003.

O'NEILL, Jim. **“How Solid are the BRICs?”**. Londres: Global Economics Paper 134, Goldman Sachs, 2005.

OURO-PRETO, Affonso Celso de, **Nova confirmação de poder**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Op. Cit**, 2013.

PAULO, Sebastian. **A Europa e a Crise Financeira Mundial: Balanço da resposta política da EU**. Bruxelas: Fundação Robert Schuman, 2011.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Debatendo o BRICS**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2013.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

REIS, Maria Edileuza Fontelene. **Brics: surgimento e evolução**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá, **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SAHNI, Varun, **O BRICS na governança global: os dez Ps e a necessidade de reforma drástica**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá, **Op. Cit**, 2013.

SARDENBERG, Ronaldo Mota, **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: Brasil e BRICS, ontem e hoje**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá, **Op. Cit**, 2013.

SCHWELLER, Randall. **Emerging Powers in an Age of Disorder**. Global Insights, Global Governance 17, 2011.

SERIGATI, Felipe; POSSAMAI, Roberta. **Economia Chinesa: Crise? Não, ao menos não por enquanto**. Rio de Janeiro: FGV (Revista AGROANALYSIS). Set, 2015.

SERIGATI, Felipe; POSSAMAI, Roberta. **Economia Chinesa: Novos sinais de desaceleração**. Rio de Janeiro: FGV (Revista AGROANALYSIS). Abr, 2014.

SHOSTAK, Frank. **A atual crise financeira confirma as teorias de Hyman Minsky?** São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2009. Disponível em <  
<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=451> >. Acesso em 11 Abr. 2016.

STUENKEL, Oliver. **Os benefícios do grupo BRICS para o Brasil**. São Paulo: Post-Western World, 2015.

VICÉNS, Elena; GONZÁLEZ, Alicia. **Rússia beira a tempestade perfeita**. Brasília: El País. 2014. Disponível em <  
[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/16/internacional/1418743966\\_922455.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/16/internacional/1418743966_922455.html) >. Acesso em 3 Maio, 2016.